

PORTUGAL democrático

SAI NO PRIMEIRO SABADO DE CADA MES

ANO 1 — N.º 4



São Paulo, 6 de Outubro de 1956



Cr\$ 3,00

Neste Numero
Colaboração de:

— Jaime Cortesão
— Sarmiento Pimentel
— Maria Archer
— Tomás da Fonseca
— Tomás Ribeiro
— Colaco
— e Sirtius

MOÇÃO A CRAVEIRO LOPES

Arquivamos hoje três textos de maior importância:

- 1) A Moção enviada a sua excelência o presidente da República Portuguesa, pelos portugueses reunidos no jantar de confraternização comemorativo do 46.º aniversário da data nacional de cinco de outubro.
- 2) O telegrama de apoio a António Sérgio, primeiro signatário da Moção que publicamos no nosso 2.º numero.
- 3) O telegrama de apoio a Azevedo Gomes, enviado também em 5 de outubro, pelos democratas portugueses do Rio de Janeiro.

Presidente República Portuguesa
General Craveiro Lopes — LISBOA

Excelência

Portugueses reunidos jantar confraternização 46.º aniversário data nacional cinco outubro representando núcleos comunitários grande maioria Estados Brasil yg usando direito lhes confere número dezoito artigo cava Constituição Política República Portuguesa yg considerando bom augurio para causa Democracia Portuguesa recente ingresso Portugal Nações Unidas yg têm honra dirigir vossa excelência esta representação objetivando necessidade abreviar restabelecimento franquias democráticas nosso país expressamente consignadas não somente carta Nações Unidas mas também Constituição Nacional nomeadamente liberdade imprensa e reunião condições indispensáveis para realização eleições livres por sufrágio universal e com voto secreto.

Respeitosas saudações

São Paulo, cinco outubro de 1956

António Sérgio, Travessa Mourão de Vento à Lapa, 4
LISBOA — Portugal

Portugueses democratas representando núcleos comunitários maioria Estados Brasil, reunidos São Paulo, comemorando aniversário República Portuguesa dirigem-se V. Exa. manifestando apoio irrestrito termos moção endereçada Presidente República da qual V. Exa. é primeiro signatário. Aproveitam ensejo informar acabam dirigir telegrama sua Exa. Presidente República, sentida abreviar restabelecimento franquias democráticas nosso país.

Saudações democráticas

São Paulo, Cinco de Outubro 1956

PROFESSOR AZEVEDO GOMES — Lisboa

Os signatários comemorando data promissora 5 outubro rogam v. exa. símbolo austero fidelidade ativa aos ideais Democracia saúde em seu nome nossos companheiros política fazendo votos por que povo português alcance breve a era Justiça Social e Liberdade a que a sua maioridade e sofrimento dão direito.

Rio de Janeiro, 5 de outubro 1956 — (Seguem-se assinaturas)

LEIAM

COLABORAÇÃO
EXCLUSIVA
RECEBIDA DE
PORTUGAL

- Relatório secreto de Marcelo Caetano. (Na página 16)
- Trinta anos de Estado Novo (Pag. 3)
- O Movimento Nacional Democrático defende-se em Tribunal (Na página 7)

Saudação à República

por Jaime Cortesão

Texto integral do discurso da autoria do prof. dr. Jaime Cortesão pronunciado no banquete comemorativo da proclamação da República, realizado em São Paulo em 5 de outubro de 1956

Companheiros e Amigos

Impossibilitado por falta de saúde e urgências de trabalho de aceitar vossa honroso convite para presidir ao agape, com que celebrais a data nacional de 5 de outubro, venho dirigir-vos algumas palavras de agradecimento, confraternização e esperança.

Aos velhos companheiros, que já eram maiores a quando a eclosão daquele movimento, que encorpou, como nós, no sofrimento e no combate, saudados, pela sua fidelidade inquebrantável aos princípios, a integridade do caráter, e sobre dezoito ao trabalho, que lhes permitiu honrar a Patria distante, pela melhor forma possível deste lado do Atlântico — que é servir com amor o Brasil. Resistindo durante largos anos aos bajouros, tantas vezes dramáticos, da fortuna e dos adversários, acusados alguns de maus portugueses e traidores, curtindo as dores da ausência da família e da Patria, enxada e perseguidos, mas guardando in-



tação no seu íntimo a vestimenta na Liberdade e no Democracia vos sois o melhor e mais belo exemplo para os moços. No meio de tantas defecções e conformismos torpes, que encobrem a história dos nossos dias, a vos cabe salvar a honra da democracia portuguesa — que digo eu — salvar a honra da própria grei, que teve sempre por timbre a fidelidade aos ideais. A vos, aos velhos democratas portugueses da quem e da quem Atlântico, assim como aos democratas brasileiros, que nos tem amparado e defendido a nossa Causa, as minhas sa-

Conclui na 44.ª página

Cinco de Outubro

PORTUGAL DEMOCRÁTICO, órgão dos democratas portugueses do Brasil, não podia deixar de comemorar festivamente a data de 5 de outubro. Fazemo-lo a nossa maneira: não nos poupando a esforços e lançando, com o dobro de páginas dos números correntes, este número especial, no qual, além de prestarmos homenagem aos grandes vultos da República, publicamos colaboração exclusiva de algumas das figuras mais eminentes da colônia portuguesa do Brasil.

Asseguramos também ampla cobertura jornalística do banquete de 5 de outubro em São Paulo, vibrante manifestação de fé republicana, de onde emanou, este ano, um documento revelador da consciência política dos nossos compatriotas: a moção, que nesta página divulgamos, endereçada ao presidente da República portuguesa, solicitando a reinteração do nosso país no número dos que desfrutam das garantias democráticas indispensáveis a uma vida livre.

Como se verifica, não é optimismo exagerado da nossa parte pensar que existem, dentro da colônia portuguesa, forças em potência que, postas ao serviço da ideia democrática, muito contribuirão para apressar o fim da ditadura em Portugal. Dada a importância dessas forças, justifica-se plenamente a existência de um órgão que seja a sua expressão. Tal órgão é o PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

A nossa ação, se nos forem dados meios de vida, pode tornar-se ainda mais profícua. Temos uma ambição, que reconhecemos só ser realizável a longo prazo: transformar este pequeno jornal num grande veículo de disseminação da cultura lusitana no Brasil e da elevação do nível intelectual dos grupos de compatriotas que aqui vivem.

Possa este número de Cinco de outubro ser o começo de uma fase de expansão de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, que nos leve por esse caminho. A boa vontade e a isenção de todos quantos nele trabalham não pode ser posta em dúvida. Se a elas corresponder uma corrente de auxílio dos democratas portugueses, a data máxima da República será, para nós, duplamente simbólica e o PORTUGAL DEMOCRÁTICO poderá apresentar, no próximo Cinco de outubro, um balanço de realizações dignas da Democracia e do bom nome de Portugal.



5 DE OUTUBRO 1956

TRINTA ANOS DE ESTADO NOVO

Continuamos hoje a publicação deste artigo proibido em Portugal, que historia o que tem sido nos ultimos trinta anos a obra nefasta do Estado Novo Português

Segundo a Constituição de 1933, Portugal é uma Republica Corporativa. Esta organização Corporativa do Estado, inspirada e em grande parte decalcada do fascismo italiano, não é mais do que a arregimentação forçada das varias profissões e de todas as forças economicas, sob as ordens do Governo. A burocracia dos Gremios, das Juntas e das Comissões Coordenadoras, complicada e incompetente, entrava gravemente a vida economica do país, provocando tão vivo descontentamento geral, que em momentos de crise tem tido eco na propria Assembléa Nacional. De fato, a organica corporativa está nas mãos de uma plutocracia que a utiliza para enriquecer à custa do empobrecimento das classes trabalhadoras e da pequena e media burguesia urbana e rural. Após a vitoria das democracias, quando o Corporativismo de Mussolini ruíu em pedaços, o Governo iniciou diligencias no sentido de "liberalizar" a economia nacional. Mas, ante as dificuldades politicas internas, surgiu novamente o proposito de concluir a edificação do chamado Estado Corporativo, ocupando-se da criação das Corporações um conselho ministerial restrito, presidido pelo proprio Salazar.

OS SINDICATOS

Em cada profissão não é permitido oficialmente um sindicato nacional. Todos os trabalhadores de cada ramo pagam cotização para esse Sindicato, quer se tenham ou não inscrito como seus membros. As decisões do sindicato são obrigatorias, tambem, para os que não fazem parte dele, mas nem sequer os socios podem fazer-se ouvir na defesa dos seus interesses. As direções sindicais, sempre que mostram a menor intenção de defender os interesses dos trabalhadores, são substituidas por

comissões administrativas de escolha governamental. Em 1945, em face do movimento crescente da Oposição, Salazar receoso de ter de substituir em massa as novas direções dos sindicatos e gremios que deviam então ser eleitos, decretou, no seu terror às eleições, a prorrogação dos mandatos das direções que já se encontravam em exercicio.

A ASSEMBLEIA NACIONAL

A Assembléa Nacional compõe-se apenas de representantes do Partido Unico, escolhidos pelo Governo, e tão submissos que nem sequer usam a pouca iniciativa legislativa que a lei lhes concede, deixando praticamente ao Executivo o poder de legislar. O Governo age permanentemente promulgando decretos-leis que, na maioria dos casos, não carecem de ratificação da Assembléa. Nenhuma votação desta pode derrubar o Governo, que não é perante ela responsável, nem assiste às suas sessões. Os relatos das intervenções parlamentares são muitas vezes censuradas antes de publicadas no "Diario das Sessões".

A centralização mais absorvente domina toda a administração publica, toda a politica e economica. Na-Metropole e nas Colonias, tudo depende do poder central e, muito em especial, do proprio ditador, com quem ministros e subsecretarios despacham diretamente, havendo inumeros problemas de administração e da vida politica que nunca são abordados nas reuniões do Governo.

Os atentados à autonomia do poder judicial não são raros. Tem-se ido ao ponto de anular decisões de tribunais e de o Governo se recusar a executá-las. A impunidade dos agentes ditatoriais é assegurada pela "garantia administrativa" — resuscitada da Monarquia — e que preserva as autoridades de serem demandadas criminalmente, sem consentimento do Governo. Os magistrados dos Tribunais Administrativos são de nomeação governamental e não têm, por consequencia, independencia para se pronunciarem sobre os atos de quem os nomeia.

A POLICIA POLITICA

A principal força de apoio do regime é a policia politica: PIDE. Os seus poderes têm sido descricionarios e irresponsáveis. Durante estes trinta anos de Ditadura, as liberdades, os bens e a vida dos cidadãos têm estado à sua total mercê. O terror é o seu metodo predileto. Milhares de portugueses, cujo unico crime foi, as mais das vezes, a sua opinião contraria ao Governo, sofrem as maiores violencias, prisão sem culpa formada, a qualquer hora do dia ou da noite, sem razão conhecida nem duração previsível; incomunicabilidade durante meses, até anos; espancamentos de que resultou, direta ou indirectamente, a morte; tortura por meio de tecnicas semelhantes

às das policias hitleriana e fascista; exilio e deportação para territorios longinuos e insalubres, como Timor, Guiné ou as ilhas de Cabo Verde; nestas foi expressamente instalado o campo de concentração do Tarrafal, que extinto, após longa campanha de protesto que interessou a opinião mundial, foi transferido para Angola. Os poderes da PIDE vão até ao ponto de decidir quem está apto a ser professor universitario, juiz, medico dos hospitais, investigador científico nos laboratorios do Estado, funcionario publico ou militar, simples servente ou continuo nas secretarias do Estado, mero pretendente a uma bolsa de estudo ou a uma casa economica. As diversas reorganizações das policias culminaram com a publicação dos decretos-leis 35.042, 35.046, 38.587, 39.351, 39.749 e 39.750 que vieram dar, principalmente à PIDE poderes para dispor da liberdade fisica dos cidadãos que podem estar presos até seis meses e permanecer presos até ao julgamento se a policia assim o entender, sem possibilidades de recurso ao poder judicial, visto que o art. 18 do decreto-lei 39.749 conferiu ao diretor, sub-diretor e inspetores da PIDE poderes que competiam aos juizes de Direito, para apreciar a legalidade das prisões. Por outro lado, a criação das medidas de segurança põe nas mãos da PIDE a possibilidade de manter a prisão dos réus, mesmo depois de cumpridas as penas a que foram condenados. A incomunicabilidade, que por lei não pode exceder 3 dias, é prolongada durante meses, mantendo-se o preso em celas com portas duplas, sem janelas e de dimensões exiguas. A policia é onipotente, decide a seu belo prazer da vida nacional, e fazendo incidir esta obra repressiva especialmente sobre a Mocidade, lança-se contra as organizações escolares da Juventude, nas quais periodicamente faz razias punitivas, e o regime policial, possesso de furia, consagra uma sessão inteira da Assembléa Nacional ao ataque grotesco e ao descrédito falaz da obra de Aquilino Ribeiro, gloria da literatura portuguesa (sessão da Assembléa Nacional, de 14 de dezembro de 1952).

Muitos milhares de anti-fascistas, monarchicos, republicanos, socialistas, comunistas, sindicalistas, anarquistas e até alguns dos homens do "28 de Maio", militares e civis, passaram nas cadeias longos anos, em condições terriveis de alimentação e de saúde. Muitos morreram nas prisões, nas deportações, no exilio; muitos morreram de torturas ou foram friamente assassinados; outros continuaram e continuam presos, depois de haverem cumprido as suas penas, durante periodos que chegaram a ultrapassar dez anos. No estrangeiro, vivem ainda, banidos por causa das suas convicções politicas, homens dos mais illustres de Portugal. O os-

tracismo civico e a viguancia policial criam a muitos portugueses a situação de exilados na propria patria — assim se considerou, publicamente, Egas Moniz (Premio Nobel da Medicina).

OS TRIBUNAIS ESPECIAIS

O julgamento dos chamados "crimes" politicos esteve, até 1945, a cargo de um tribunal de excepção, o Tribunal Militar Especial, que já depois de extinto na Metropole cumpriu ainda em Goa a sua missão odiosa. Mais tarde, os processos politicos ficaram affectos aos tribunais Plenarios de Lisboa e do Porto, compostos por juizes escolhidos entre os mais doces servidores do salazarismo. Estes magistrados, que continuam a acção dos antigos julgadores do Tribunal Militar Especial, são simples e fieis cooperadores dos serviços de repressão policial. As sentenças destes tribunais podem ser indefinidamente prolongadas pelo sistema das chamadas "medidas de segurança".

A selecção do funcionalismo publico é feita do modo mais estreitamente faccioso. Números funcionarios civis e militares foram afastados dos seus cargos, unicamente pelas suas ideias contrarias ao regime. Entre eles contam-se alguns dos melhores cientistas portugueses e outros homens que prestaram à Patria os mais relevantes serviços. O Decreto-lei 25.317, de 13 de Maio de 1935, dá ao Governo o direito de não nomear, aposentar, demitir ou não admitir a concurso os cidadãos portugueses que não sejam simpatizantes do Estado Novo, baseando-se na expressão do decreto: "os que revelem ou tenham revelado espirito de opposição aos principios fundamentais da Constituição Política" e desta decisão não há recurso para o Poder Judicial. Todos os chefes responsáveis de serviços officiais e nalguns casos de empresas privadas, são obrigados, sob pena de sanções, a denunciar os subalternos suspeitos de professarem "ideias subversivas". Ninguém pode ser nomeado sem ter assinado um juramento ve-xatorio de fidelidade ao regime. Por este processo de depuração, que tem levado directamente à subserviencia e à incompetencia, foram atrofiados ou impedidos de se revelar muitos valores das novas gerações. Os signatarios do pedido de eleições livres, dirigido ao Governo em 1945, foram submetidos a inquerito policial, perseguidos, demitidos dos seus cargos, e ainda hoje o ter assinado essas listas é frequentemente motivo suficiente para se não ser nomeado para funções publicas.

A LEGIÃO PORTUGUESA

Para secundar a missão repressiva da Policia, o Estado criou, no começo da guerra civil espanhola, uma milicia politica armada, a "Legião Portuguesa", que não é mais do que uma reprodução da milicia fas-

cista italiana e das S.S. nazis. A circunstancia de se pertencer a essa organização, bem como à "União Nacional", é tida como razão de preferencia para empregos dependentes do governo. A Legião é uma organização militar, com armamento, quartéis e serviços de espionagem proprios. Para legitimar a sua existencia, o Governo atribuiu-lhe recentemente funções de defesa civil, quando na realidade se trata de uma organização para a guerra civil.

A MOCIDADE PORTUGUESA E O ENSINO

Uma outra imitação dos fascismos italiano e alemão é a "Mocidade Portuguesa", cuja finalidade é a preparação pré-militar e a formação reaccionaria da juventude. Deixam fazer parte obrigatoriamente todos os rapazes e raparigas dos 7 aos 16 anos. Tanto a "Mocidade" como a "Legião" mantiveram com as organizações similares italianas, alemãs, espanholas e do governo de Cichy as mais intimas relações de camaradagem.

O ensino, oficial e particular, está sujeito às mesmas diretrizes antidemocraticas. O regime do "livro unico", nas disciplinas de Historia, Organização Política e Filo-sofia, converte-se num vehiculo seguro das doutrinas reaccionarias. Só muito recentemente se expurgaram os livros de Historia dos ataques à Democracia e de escandalosos reclames aos diversos fascismos. Desde os livros de leitura das classes de instrução primaria aos compendios officiais de historia, tudo serve para fazer o elogio hiperbolico do ditador nacional.

Segundo o orçamento de 1955, o Governo atribui à Educação Nacional cerca de 8,7% das despesas totais do Estado. O criterio do regime, quanto à instrução do povo, é bem conhecido: "Ler, escrever e contar bastam para a maioria dos portugueses". De acordo com este principio, o esquema do nosso ensino é dos mais rudimentares do mundo e, certamente, o mais baixo da Europa. O ensino obrigatorio não vai teoricamente alem de três anos. Um grande numero de escolas primarias foi substituído pelos chamados postos de ensino, entregues a "regentes" cuja remuneração não excede Esc. 500\$00. Estes regentes constituem atualmente mais de um terço do numero total do professorado primario. As Escolas Normais estiveram encerradas durante seis anos e acabaram por ser substituidas pelas Escolas do Magisterio Primario, institutos de baixo nivel cultural e pedagogico, cuja frequencia é quase inteiramente feminina. A Campanha de Educação de Adultos foi, no orçamento de 1955, dotado com 18.000 contos (cerca de 0,24% das despesas totais do Estado).

(Continua na 11.ª pag.)

PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação:

Rua Libero Badaró, 561 - 5.º andar, sala 506 - Fone: 37-4681 - S. Paulo
Diretor-responsavel:
Otávio Martins de Moura

EXPEDIENTE:

Dias uteis das 19,30 às 21,30 horas.
Sábados das 14 às 17 horas

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democrático" com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsidio. Sua vida depende de todos os democratas, fundamentalmente brasileiros e portugueses, que desejam vigore em Portugal regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma contribuição mensal, alem duma assinatura anual.

Cr\$

Assin. anual 30,00
Assin. especial 100,00
Numero avulso 3,00

IMOBILISMO FINANCEIRO E MISERIA ECONOMICA

por SIRIUS

Durante muitos anos não se cansaram os arautos e propagandistas do "Estado Novo" português de cantar as glórias de uma política financeira que teria permitido o "milagre" não só de estabelecer, em bases inamovíveis, o equilíbrio das contas publicas mas ainda de iniciar uma verdadeira regeneração da economia nacional. O tempo foi passando, e hoje aqueles propagandistas outrora vibrantes e triunfantes tornaram-se singularmente discretos, até ao ponto de quase perderem a voz... E que já não é possível encobrir a tremenda inferioridade da economia do país e a aflitiva miseria em que continua a viver a maioria esmagadora do povo português, ao cabo de quase trinta anos de... orçamento equilibrado!

Numerosos estudos devidos a economistas estrangeiros e a varios organismos internacionais têm posto em foco, à luz crua da objectividade científica, as características dominantes da actual situação económica portuguesa que se define por um estado de subdesenvolvimento e de primitivismo que só tem paralelo nas estruturas dos países mais atrasados e que, entre os povos do continente europeu, nos coloca ao mais baixo nível. Mesmo em Portugal, apesar da censura sempre vigilante, parece assistir-se, nos últimos anos, a uma tomada de consciencia, cada vez mais viva, deste deprimente estado de coisas. Até alguns economistas seguidores do regime não têm podido furtar-se a reconhecer e a citar alguns dos mais significativos indices reveladores dos males economicos de que sofre o país.

Não é possível, no tempo presente, em face dos instrumentos que a ciencia põe ao serviço da análise económica, esconder a verdadeira situação da economia portuguesa por detrás do fogo de vistas das obras de fachada e das despesas suntuarias de umas escasas dúzias de detentores de grossas fortunas. Existem numeros e conceitos novos que nos permitem apreciar, em todo o seu significado, os varios aspectos da vida económica tais como os relativos ao rendimento nacional, ao nível dos consumos, aos investimentos, aos salarios e aos lucros. São os relatorios de varios organismos internacionais, nomeadamente os de OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica) que nos fornecem a maior parte destes elementos elucidativos do estado actual da economia portuguesa.

Não pretendemos transformar estas breves notas em fastidioso arazoado de dados estatísticos. Bastará indicar que o rendimento nacional português se cifra em cerca de 197 dolares por ano e por cabeça, numero este que é o mais baixo que se conhece entre os países da Europa.

Contribuem fundamentalmente para esta triste situação a extrema insuficiencia dos salarios na industria e, sobretudo, na agricultura — que continua a ocupar cerca de 50 por cento

da população activa — e ainda o subemprego e o desemprego declarado que afetam permanentemente as zonas rurais. Segundo certos calculos, cerca de um quarto da população activa das regiões predominantemente agricolas deve considerar-se como constituindo um excedente de mão-de-obra que só em muito pequena parte é absorvida pela emigração.

É evidente que, como se escreve em um dos ultimos relatorios anuais da OECE: "o problema fundamental que se põe à economia portuguesa é o do desenvolvimento mais rapido das forças produtivas, a fim de absorver o excedente de mão-de-obra, melhorar a produtividade do trabalho e aumentar o baixo nível de vida da população". Pergunta-se agora: que tem feito o actual regime, através da sua famosa politica financeira, para fazer frente a este magno problema da vida portuguesa? Desde que existem recursos naturais muito longe de estarem completamente aproveitados — e ninguém contesta hoje que tais recursos existam — caberia ao Estado o dever de tornar possível a intensiva utilização desses recursos, promovendo para tanto os necessarios investimentos. Uma pergunta preliminar poderá fazer-se a este respeito: existirão, disponíveis no país, os meios financeiros indispensáveis à realização dos novos investimentos que se tornam necessarios? Todos os economistas, estrangeiros e nacionais, têm sido unanimes, desde há anos, em responder afirmativamente a esta pergunta. Todos têm apontado a existencia no mercado português de uma larga margem de disponibilidade susceptíveis de tornar possível uma energica intensificação dos investimentos. Simplesmente, essas disponibilidades, seguindo as preferencias tradicionais dos prudentes capitalistas seus detentores, mantêm-se sob a forma líquida, jazem inertes nos cofres dos bancos, em vez de serem mobilizadas e devidamente canalizadas pelos órgãos financeiros do Estado, de modo a assegurar a realização dos investimentos de carácter reprodutivo de que depende o progresso económico da nação.

Acrescente-se ainda que o Estado poderia aumentar largamente as suas proprias disponibilidades através de uma adequada reforma fiscal que tem sido apontada em todos os relatorios dos organismos internacionais como requisito indispensavel ao desenvolvimento da economia nacional. Com efeito, uma distribuição mais racional e mais justa da carga tributaria não só permitiria aumentar as receitas publicas como seria o instrumento fundamental de uma politica de redistribuição dos rendimentos que, beneficiando as camadas mais necessitadas da população, iria aumentar o poder de compra das grandes massas, estimulando assim a procura interna que está na base, como se sabe, de todo o processo de expansão

economica. Mas, para que os economicamente mais fracos pudessem pagar menos impostos seria necessario que pagassem mais, os que auferem mais altos rendimentos. Seria necessario, digamos, fazer pagar os ricos. E aqui, o "Estado Novo" teria que atuar por forma que, como veremos adiante, lhe é congenitamente impossivel.

Voltemos porem a considerar a politica do actual governo português em materia de investimentos, tendo presentes as largas possibilidades que, como vimos, estão ao seu alcance em tal materia. Em 1952 foi posto em vigor o denominado "Plano de Fomento", destinado a vigorar durante um periodo de 3 anos. Não se trata de modo algum de um verdadeiro plano economico mas apenas de um programa fragmentario de investimentos e de despesas extraordinarias. Que valor atribuir a este "plano" como instrumento de atuação do Estado na vida económica portuguesa? Limitam-nos a transcrever, a este respeito, o comentario contido no relatorio anual referente a 1953 da Comissão Económica Europeia das Nações Unidas: "o que mais impressiona neste plano é a modestia dos meios financeiros que o governo tenciona consagrar ao conjunto dos trabalhos extraordinarios previstos. O financiamento anual medio a cargo do Estado é inferior a 1,5 por cento do

produto nacional bruto do primeiro ano do plano. Por outro lado, as despesas previstas no plano de desenvolvimento economico não representam um acrescimo liquido do volume das despesas de investimento publico, visto que muitos trabalhos que agora estão compreendidos no plano já figuravam anteriormente no orçamento extraordinario; não é portanto certo que o volume dos trabalhos a efetuar mediante financiamento publico seja muito mais elevado que nos ultimos anos".

Este pseudo-plano apparece-nos assim tão somente como um gesto destinado a fazer crer que a politica do governo português não está inteiramente fora de moda...; não podemos ver nele um autentico esforço de renovação capaz de corresponder às prementes necessidades de uma população em constante crescimento. Os metodos financeiros da presente administração portuguesa mantêm-se de facto inalteraveis na sua fidelidade aos moldes considerados intangiveis das reformas salazaristas de 1929, as quais visavam apenas a estabelecer um equilibrio meramente formal das contas do Estado, segundo processos contabilísticos mais ou menos habéis. O criterio pretensamente ortodoxo então seguido, e que continua a manter-se, ignora por completo as modernas tecnicas da acção governamental no campo das fi-

nanças publicas, que permitem hoje influenciar decisivamente as varias conjunturas e impulsionar todo o processo de expansão económica.

Como explicar este anacronismo e este impavido immobilismo da politica financeira portuguesa? Quanto a nós, a explicação é clara. Não se trata apenas do natural cansaço e esgotamento de um regime que, ao cabo de 30 anos, perdeu toda a sua capacidade de renovação. Existe algo mais. Desde a primeira hora, e sobretudo a partir da ultima guerra, formou-se em Portugal um poderoso conjunto entre os governantes e uma minoria privilegiada de representantes da alta finança e dos grandes negocios. Estes dois grupos vivem cada vez mais em perfeita simbiose, passando os ministros normalmente das cadeiras do poder para as dos conselhos de administração das grandes empresas e vice-versa. Ora, as coisas tal como estão presentemente organizadas não podiam servir melhor os interesses destes senhores absolutos dos destinos de Portugal. Para que inovações e reformas que, pouco a pouco, podiam pôr em perigo os actuais privilegios? Seria certamente o cumulo da ingenuidade supôr possível, na vigencia do actual regime português, aquela profunda renovação das estruturas economico-sociais sem a qual o país não poderá assegurar amanhã aos seus filhos um nível de vida que não nos humilhe.

UMA CARTEIRA E UMA BANDEIRA

por THOMAZ RIBEIRO COLAÇO

Não é alegre para mim esta data do 5.º outubro, Criança, vi chorar minha Mãe ante o desmoronar de tradições que este dia, em 1910, determinava. Hoje, essa criança que fui continua a viver no pensamento em que se desdobrou; pensamento de extrema esquerda, ele considera preferível, quando não necessario o regime dentro do qual o norte europeu processa equilibradamente uma esplendida civilização, consequencia directa da liberdade.

Precisamente porque assim penso — tantas vezes em opposição aos que pareceriam meus correligionarios — sinto-me hoje bem nesta folha e nesta data. Ambas exprimem acima de tudo a procura daquela mesma liberdade; e nessa procura anciosa, são irmãos todos os que não concebem a vida sob outros rumos.

Imagino ser aqui o unico da minha especie... Ainda assim completarei os sentidos de união democratica impressos nos três pilares da alma nacional: o instinto permanente da massa, a esperança da mocidade ao ganhar consciencia, e o espirito dos intelectuais merecedores desse titulo.

Estamos porem todos no Brasil. Não falemos só para nós, a convencer convencidos; não sublimemos as guitarras de Alcaicer, a dedilhar saudades. Portugal não tem oito seculos, tem oito dias; ele é como a Vida, essa coisa coletiva que exprime um renascer perpetuo, um perpetuo caminhar adolescente. A nossa missão não é restaurar

nada, é criar tudo. E uma grande criação se nos abre à vontade, à certeza; é a Comunidade Luso-Brasileira.

Durante a guerra escrevi que deveriamos entrelaçar-nos com o Brasil, mas num entrelaçar de soberanias, fugindo às pirotecias de adjetivos em que tanto se contenta o mundo das nossas verdades mutuas. Sugi que, mediante consulta ao povo português, este desse ao Brasil, em soberania plena, três pingos de terra em Portugal, nos Açores e em Cabo Verde. Estivessem ambos, nesse triangulo atlantico de supremo sentido. Sugi mais que a FEB, ao voltar, desembarcasse em Portugal para o povo português lhe dar posse daquelas terras-simbolos, vendo-a o povo brasileiro voltar com essa "conquista"...

Isso valeu-me uma semana de insultos, a largura de pagina, no órgão oficial do governo salazarista; valeu-me a acusação de traidor que andava aqui a vender os Açores aos especialistas em loteamento, e a querer ligar Portugal aos destinos da America. Passou o tempo. O mesmo governo aproveitou em parte a minha sugestão; a FEB desfilou em Lisboa, ali conquistando — para além das lagrimas de emoção de um povo que sempre estivera a seu lado — coroas de adjetivos conselheirais tecidas por assustados germanofilos. Agora Portugal está ligado aos destinos da America, não pela via luso-brasileira com que sonhava o traidor à patria, mas pela dispendiosa in-

tegração no Pacto Atlantico; e conhecem os Açores uma presença americana, que também não é brasileira.

Não há Santo que me faça envelhecer. Continuarei teimando em aceitar o povo português como mestre do meu sentimento. Por isso mesmo me confrange ouvir falar na Comunidade Luso-Brasileira — que será destino ineluctavel de dois povos — como coisa que serve para cada um de nós deixar de usar Carteiras Modelo 19...

E'-me completamente indiferente o numero da Carteira que eu usar. Vejo o mundo anglo-saxonico a efetivar a sua espantosa unidade, à luz da qual a Inglaterra é hoje uma estrela inexpressa na bandeira dos Estados Unidos, que por seu turno são outra metade officiosa da Commonwealth. E nós, precursors deles nesse sentido de comunidade, como o fomos nos cinco Continentes onde ainda estamos, perdemo-nos em palavras, em propagandas, em formalidades.

Cabrá ao Portugal livre tornar efetiva essa Comunidade; não no fruto de negociações, de convenios, de acordos, que são chafarizes de propaganda interna; e sim no instinto, na compreensão de massas atlanticas despertadas para a sua missão comum. Cabe-nos a nós, se queremos ser interpretes dessas massas, desviá-las de pensar na numeração burocratica de uma Carteira — pondo ante os seus olhos o tremular vitorioso de uma Bandeira.

Guerra Junqueiro

por Tomás da Fonseca

O professor Tomás da Fonseca esteve no ano passado em São Paulo, onde deixou a mais grata recordação no coração de todos os democratas — Da conferencia sobre Guerra Junqueiro que então pronunciou na Biblioteca Municipal extraimos os trechos que dizem respeito ao seu depoimento pessoal e cuja publicação representa a nossa homenagem nesta data ao grande republicano

O histeriador e grande amigo de Junqueiro, dr. Lopes de Oliveira, fecha assim um dos três livros que escreveu sobre o Mestre inconfundível.

"A ignorancia é a principal causa das degradantes campanhas contra Guerra Junqueiro, e quantas se têm erguido, successivamente, depois da sua morte.

"Por isso, e em primeiro lugar, os que foram das suas relações, sobretudo os que de algum modo, com ele tiveram intimidade, sentirão como um dever indeclinavel, mesmo para a paz social, o trazerem a publico o seu desassombrado depoimento sobre um dos maiores portugueses de todos os tempos."

Ora, como eu fui um desses, aqui estou, pronto a depor em defesa do poeta genial que nesta grande cidade conta ainda e contará, idades fora, admiradores em todas as camadas sociais.

(...)

Eramos os devotos do Poeta sublime.

— A tarde, passeando junto ao rio Ave, o Mestre perorava, respondendo a perguntas que lhe iamoz fazendo acerca dos nossos escritores.

Reparei como ele, em dois traços, definia os seus contemporaneos:

— O Bernardino Machado? É uma vara de aço. Poderão quebrá-lo. Quebrá-lo é que nunca.

— O Afonso de Gusmão? Esse varão de Plutarco não sente. É um tronco nu, todo carno, que não fôrta-se nunca.

O Antero? Espirito de grande elevação. Mas calra em demencia e, num intervalo lucido, matou-se.

Epa de Queiroz? Era um lacaio. Mas na sua obra não há uma pagina que não seja digna de um homem superior: guardou a sua vinha de todos os milidios da cortezania.

— Gomes Leal é um genio, avantei eu...

— Sim, tornou Junqueiro, um relampago de genio numa noite de loucura.

Ao regressarmos ao seu gabinete de trabalho, Lopes de Oliveira, que desejava ouvi-lo acerca de Ramalho Ortigão, formulou a pergunta.

O Poeta, pegando na cadeira mais proxima, e sustendo-a erguida, respondeu:

— Repare que o bom do Ramalho vê sempre esta cadeira com quatro pernas... É certo que tambem isso me acontece ás vezes. Mas creia que me sinto ouvir muito infeliz...

E sentou-se na cadeira. Passados quase dois anos fomos, eu e Lopes de Oliveira, passar um dia no Bussaco. Estávamos na Fonte de Santa Tereza, sentados a uma mesa rustica, quando, no caminho que vem das Portas da Rainha, avistamos Junqueiro, montado num daqueles jumentos que transportavam os turistas, desde Luso à Cruz Alta.

Foi um deslumbramento! Desceu do burro, que entregou ao moço que o acompanhava e abraçou-nos como um pai abraça os filhos. Depois, que dia cheio! O que nós tagarelamos e o que ele monologou, passeando longo tempo sob a fronde das alamedas, e agitando altos problemas metafisicos.

Estou ainda a ouvi-lo: — Estas arvores nasceram e formaram abóbadas para a me-

ditação. Deus está em toda a parte, mas há lugares de eleição onde o seu espirito especialmente reside. Quando venho ao Bussaco, procuro Deus, como os crentes nos templos. Vejo-o, ouço-o, entendo-o melhor. Que poemas aqui se poderiam escrever.

Repousamos num banco, em frente do Palácio Hotel. Um de nós aludiu à majestade da fachada, ao estilo manuelino...

E Junqueiro... — Mas isto não é um palácio, não é sequer uma boa casa, mas simplesmente uma boa estalagem. E nunca olho para ela que não me lembre um janota, de chapéu alto, mas em fralda.

Foi então que assisti a um dos mais belos passos do drama espirital do Poeta da Pátria.

O dr. Lopes de Oliveira, meu amigo e companheiro de luta há mais de meio século, reagindo contra o caudal que sobre ele ia caindo, fixara-se firmemente no seu ponto de vista, acrescentando:

— E veja agora, caro Mestre, o caso Junqueiro. Em nome de Deus...

Mas deixemos isto por agora e vejamyz por outro angulo, o nosso grande Poeta.

Senhores: Quão grato me seria dar aqui uma idéa, pálida embora, da obra que Junqueiro legou às gerações futuras.

Mas não é possível, pois me faltaria tempo para me desempenhar do principal objetivo desta desataviada exposição.

Contudo, não deixarei de recordar um dos aspectos da sua personalidade, talvez novo para alguns dos que me estão ouvindo.

Passeando, uma tarde, com Guerra Junqueiro, junto à foz do Ave, a proximidade do Atlantico e, sobretudo, a daquele ponto.

"Onde o mar quebra num cachão rugidor e monótono",

levou o Poeta a falar-me de Antero, que ali fez decorrer tambem uma das fases da sua vida talvez a de maior actividade mental.

— Era um iluminado, sabendo traduzir, como ninguém, em admiravel sintese, duma filosofia profunda, a vida intima do Universo. O cerebro, porem, consumiu-lhe o resto do organismo. Morreu só com osso e alma. O pensamento tinha queimado tudo!

Pensamento tão vasto e tão obsorvente, que o levava a não ouvir nem ver as coisas que o cercavam.

Nessa continua abstracção — em que passava Deus e a Natureza, o espaço e o tempo, o conhecido e o desconhecido, o bem e o mal, o eterno e o contingente — andava léguas e léguas, até se perder por caminhos e fragas, donde voltava extenuado.

Mas tambem, ao regressar, quantas formulas discutidas, quantos sistemas arquetetados, definidos, resolvidos e, por fim, tanta vez pulverizados — formulas e sistemas que causavam o enlevo e o assombro de quantos o escutavam!

Tinhamos dado a volta à foz e Junqueiro falava ainda de Antero e de Deus.

Porque aludisse à maneira como o grande pensador compunha os seus versos e criava as suas theorias, perguntei

— E o Mestre, como compõe os seus poemas?

— Assim tambem, passeando.

"Não há Arte sem alguma coisa de infinito que eterniza momentos. Ora o infinito só se compreende e se traduz em presença da natureza livre. O homem, fechado entre quatro paredes, por mais livre que julgue ser, é sempre um enclausurado.

"Por isso o meu pensamento nada exprime se o não libertar, arrancando-o à clausura. Para criar, realizar trabalho util, necessita de luz de horizontes, de infinito, de Deus!

— Mas, inquiri, esse trabalho mental é realizado sem esforço, sendo a obra desde logo acabada, ou tem a sua genese, indo gradualmente?

— Em geral, o meu primeiro trabalho consiste em decidir-me sobre o assunto que me vai ocupar. Resolvido isso, saio de casa e começo traçando o plano geral de toda a obra.

"Como o pintor na fatura dum quadro, começo pelas linhas gerais. As idéias, a principio vagas e indefinidas, entram de aclarar-se e definir-se. A medida, porem, que vou andando, essas linhas, ainda agora confusas, conjugam-se e illuminam-se em procura de forma e de equilibrio. E o que, ainda há pouco, era sinuosidade e aspereza, começa a ter aspectos, perspectivas.

"Da sombra emerge a luz, do borrão sai o corpo, onde já se distinguem feições, roupagens e movimento, passando em breve a ser beleza e vida!

"Tal como a pedra de Vieira, que de bloco tosco e bruto subia até ser anjo, até ser Deus.

Um dia estávamos com Bernardino Machado, que elaborou o primeiro programa da Republica e por ele se batera na madrugada historica de 31 de Janeiro.

No quarto, onde o illustre professor estava fazendo a sua toilette, mas ainda embrulhado num gabão — o meu varino de Aveiro, que nesse tempo usava e usei, enquanto a saragoça resistiu — encontrava-se, tambem, o antigo estadista Augusto Fusquini, que entrara pouco antes.

Nisto surge Guerra Junqueiro, que não precisava anunciar-se.

Comprimentos, abraços e la-rachas de Fusquini, que era, na verdade, um espirito brilhante e gracioso.

O autor da Pátria sentou-se, cofiou a longa barba, que alinhou sobre o peito. E, perante o dr. Bernardino, vestido com o meu gabardino, mas com a sua ma-

la de viagem, apetrechada com estoijos que não escondia de ninguém: escovas, pentes, sabonetes, o espelho, a pasta, a calçadeira, a tesoura, o limador; ganchos de várias formas e feitios, para chamarem à casa o botão respectivo — no colarinho, no peitinho, ou na bota; peças para manterem a calça, o colete, a gravata, nessa linha harmónica, impecável, que a ninguém confiava, e, alem disso, o frasquinho de essencias para que tanto a alma como o corpo cheirassem bem a quantos o abordassem. Quando Junqueiro viu semelhante aparato, não se pode conter, ele que se vestia com a maior simplicidade, chegando, por vezes, a dar-nos a impressão de desleixo.

E começou a invectivar aquelle que se propunha converter à Republica as multidões, ansiosas por alcançarem uma vida mais sã e menos dura. Ah! como eu estou ouvindo aquela voz profética!

— O Bernardino! Como tu desvirtuas a nobre função de apóstolo a que te propuseste! Para que é tanta bugiganga? De que te serve tanta nica, se és um homem perfeito? Tu, lente catedratico de mais alto instituto de cultura nacional, desces a amaneirares-te e perfumares-te como qualquer janota do Chiado...

"Não, Bernardino, tu não és isso, e nós tambem não queremos que tal sejas. Porque te não convem nem à Nação, cuja causa defendes com intelligencia e com ardor incomparável..."

Nesta altura, o dr. Bernardino, surpreendido, mas curioso por saber onde aquillo iria dar, voltou-se para o velho amigo que, a pouco e pouco, fora dando à voz um tom quase solene.

— Bernardino! O apóstolo que pretende chamar e converter os que no mundo erram, transviados, nunca descem a coisas de tão pequeno ambito. São ridiculos. Mais ainda — são falsos."

"Considera que não foi anelando a cabeleira e pulindo a sandália que o Nazareno revolucionou o mundo. Foi exteriorizando a sua grande fé e a todos abrindo o coração, que pulso sempre sob o unico vestido que as multidões lhe conheceram — aquella pobre tunica, que os fariseus lhe ensanguentaram e jogaram depois à sorte no Calvário.

"Afasta para longe tão complicada indumentária. Retoma a sandália de Francisco de Assis, e parte... Verás como as al-



O escritor Tomás da Fonseca

deias e as cidades se erguerão à tua voz, e seguirão, de olhos no céu e a alma em Deus, à conquista de Terra Prometida, que hoje te propõe anunciar.

"Repito: não envergues esses artificios, cujo talhe Satanaz inventou e um alfaiate inconsciente copiou e te cingiu ao corpo. A voz que ressoar dessa ridicula farpela não terá eco em em ninguém, porque o povo, vendo-te como todos os outros Conselheiros de Estado, de chapéu alto e luvas, sentirá no seu peito uma nova e grande desillusão.

"Bernardino: parte! Leva esse varino e essas sandálias, e podes ir seguro da missão que a Pátria te confia, porque não só o Porto, em peso, mas Portugal inteiro acorrerão ao teu encontro e a Republica será, enfim, proclamada!"

(...)

Termino pedindo que, em vez das orações do Ritual, me permitam recordar um de seus votos, que muita vez orações foram tambem:

Quando eu morrer abram-me o peito,

E desta jaula onde houve um leão,

Tirem — o carcere era estreito —

Meu velho e altivo coração, Depois sem dó e sem respeito, Sem um murmúrio de oração, Lancem-no assim — val satisfeito —

A vala obscura, à podridão, Para que aí durma e se desfaça

No lodo amargo da desgraça Por quem bateu, continuamente,

Como um tambor que, entre a metralha,

Estou ao fim duma batalha Rouco, ansioso, furioso, ardente!

A ETICA DAS LOUÇAS

Albino Neves Duarte

A mais perfeita organização para fornecimentos completos a: **Hoteis, Restaurantes e Boites de 1.ª categoria, em porcelanas, vidros, cristais e talheres**

Praça da Republica, 497 -- 6.ª and -- sala 674

Telefone, 36-8911

--

SÃO PAULO

A CENSURA À IMPRENSA E AO LIVRO

por MARIA ARCHER

Leio nos jornais brasileiros, repetidas vezes, noticiário e comentários que expressam a repulsa do Brasil sobre os actos dos ditadores sul-americanos em relação à Censura ou limitações da liberdade do pensamento e expressão; tenho encontrado nestes a mesma reacção perante identicos crimes cometidos noutras regiões do mundo. Mas a existencia da Censura nos países ibéricos, a sufocação do pensamento em Portugal e Espanha, não acendem, aqui, a mesma ira, nem acham vezes que a verberem. Paradoxalmente o Brasil parece admitir, como sistema moral em politica, o bem para uns e o mal para outros.

Talvez haja quem aceite, como em Portugal, que a Censura é um mal justificado pela razão de Estado. Esquecem bases, que Jesus foi condenado por essa mesma razão de Estado. O escritor catolico Daniel Rops, no livro "Jesus em son temps" diz textualmente: "Falta saber se a injustiça, mesmo rara e excepcional, ao introduzir um germe mortifero no corpo da sociedade, não constitui, para esta, ameaça maior. Há dois mil anos que o sistema existe em potencia, e de Jesus aos dias de hoje, é longa e enorme a lista de victimas contra quem se invocou a razão de Estado".

Se todo e qualquer Governo asuário da Censura fosse automaticamente excluido da comunidade internacional, ne-

hum povo teria mais a temer o seu espectro. "Enquanto a injustiça feita a um homem não comover todos os outros não haverá moral sem civilização no mundo" disse há seculos Pascal. Enquanto existir a Censura em qualquer País a arma servirá sempre de recurso aos ditadores sob o pretexto da razão de Estado.

A razão de Estado, contra Jesus, foi invocada por Califas e o seu conclave.

Camões, Gil Vicente, Eça de Queiroz, são figuras maximas da literatura portuguesa. Eça escreveu a sua obra numa época de liberdade total mas Camões e Gil Vicente sofreram a Censura eclesiástica da Mesa da Consciência e Ordem. Todavia nem Camões, nem Gil Vicente, nem Eça de Queiroz, poderiam ter publicado esses monumentos do genio português se uma Censura, enformada pelos principios da que existe em Portugal há trinta anos, e executada com a vileza habitual dos seus agentes, participasse da organica do Estado de que foram contemporaneos. A Censura eclesiastica do seculo XVI não inutilizou os Lusíadas nem a obra teatral de Gil Vicente; a Censura da época salazarenta inutiliza a literatura portuguesa da nossa era. Este crime contra o genio criador dos portugueses comete-se dia a dia, há 30 anos. É acaso demais que eu estranhe que os brasileiros nos-

soz afins em sangue e cultura, e não denunciem ao mundo, tambem dia a dia?

Posso dar a estas linhas a valoração de um testemunho, eu, que sofri a apreensão de dois livros, um de contos, outro romance, obras sem substancia politica, de pura ficção, enraizadas no neo-romantismo corrente na Europa e Americas, e que nem na forma ou na ética, destoam do que é habitual nas literaturas coevas.

Para melhor ajustar o que exponho acrescento que, pelas leis salazarentas, os livros de ficção não são obrigados à Censura prévia. A medida não beneficia o escritor porque não passa de um véu iudico. O livro não sofre Censura mas pode ser apreendido à ordem da mesma, dias ou anos após a publicação, em 1.a, 2.a, ou 20.a edição, e sem qualquer explicação para com o autor ou o editor. Tenho em meu poder fotocópias que o atestam e mostrarei a quem o desejar. Os meus livros foram apreendidos sem a minima justificação do acto e sem sequer me ser dada resposta aos pedidos que fiz para que essa explicação me fosse fornecida.

O romance "Ciranda de Pedra", da romancista brasileira Lígia Fagundes Teles, cuja edição acaba de ser repetida em Portugal, seria sujeito a apreensão pela Censura, e sem a minima duvida, se o assinasse uma escritora portuguesa

Não é o mero prestígio do livro, ou da autora, que lhe serve de salva-guarda... é o passaporte brasileiro, é a possibilidade do escandalo, no Brasil, a dar-se a ocorrência da apreensão.

Neste ambiente policial estiolam-se as energias criadoras. O escritor obsessiona-se com as limitações imanes. Não pensa na grandeza total da obra mas em torná-la despercebida à Censura. Alteram-se então cenas essenciais, aniquilam-se personagens, esvazia-se a acção do conteúdo filosofico, lima-se aqui e alem as frases ou situações perigosas, não para elevar o livro à altura do pensamento contemporaneo mas para o encaixar na mesquinharía criterial dos censores. Nenhum escritor português procura, hoje, produzir a obra de ressonancia universal, mas apenas humilhada e dolorosamente, salvar o livro da apreensão. E a censura, órgão oficial da Salazar, que coloca a literatura portuguesa em forçada inferioridade perante a literatura mundial, e retira aos seus operarios a possibilidade de erguer o nome de Portugal nesse plano em que uma nacionalidade mais alto se afirma no espaço e no tempo.

Ninguém pode contrapor a esta minorização qualquer prestígio nacional, aquem ou alem fronteiras, de que tenhamos pago em dor o justo premio.

A simples existencia da Censura destrói uma geração literaria. É que o escritor não se senta à secretaria com a sua historia pronta a passar ao papel.

Cria-se pouco a pouco, porque a génese literaria e artistica é extravasamento psico-fisiológico, é comubio da intelligencia e da sensibilidade. As cenas e pormenores sucedem-se em cadeia, saem lentamente do cáos original. O artista e o escritor possuem enigmáticos maquinismos ecológicos cujos comandos lhe escapam das mãos. Aqueles que produzem arte e literatura dirigidas não são artistas e escritores, são artifices, são redatores. As suas obras podem ser de utilidade para qualquer facção politica mas não valem como Arte Literaria. Quem não entende esta distincção deve pôr de parte a leitura do que estou escrevendo.

Dai eu afirmar que a existencia da Censura destrói o artista e o escritor. Ficamos potencialmente vencidos antes de ter lutado, destruidos como maquinismo produtor. Tantas vezes inquiri, de camaradas, os soffri o seu interrogatorio: "Porque não acentuou voce esta cena? Porque esbateu os instintos do personagem Fulano? Porque não situou a intriga na época?" a resposta saís invariante: "Assim, talvez passe na Censura... Estraguei, para conservar..."

(Conclui na pagina seguinte)

Galeria Republicana



AFONSO COSTA, nasceu em Oeiras, em 1871. Formou-se em Direito em 1891 e em 1900 foi nomeado catedrático da Faculdade de Coimbra. Em 1899 foi eleito deputado republicano por um circulo do Porto. Em 1906 voltou à Camara desta vez por Lisboa. Foi preso em 1908, por conspirar a favor da Republica. Com o 5 de Outubro, Afonso Costa assumiu o Ministério da Justiça do Governo Provisório. Em 1913 foi Presidente do Concelho. Era o chefe do Partido Democrático Português.



ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA, nasceu no concelho de Penacova, em 1866. Concluiu o curso de Medicina em 1895. Foi um dos organizadores do 31 de Janeiro de 1891. No Governo Provisorio da Republica Antonio José de Almeida ocupou a pasta do Interior. Os seus meritos de tribuno são bem conhecidos no Brasil, país que o causidico republicano visitou em memoravel acto de aproximação luso-brasileira.



BERNARDINO MACHADO, nasceu no Rio de Janeiro em 1851. Doutorou-se em Filosofia em 1876, em Coimbra, de cuja Faculdade foi Professor Catedrático por ter aderido à greve republicana dos estudantes de Coimbra. Foi Ministro dos Estrangeiros do Governo Provisorio, senador, embaixador no Brasil, Presidente da Republica logo no ano seguinte (1915). É autor de grande numero de obras científicas e politicas.



TEÓFILO BRAGA, nasceu em Ponta Delgada, em 1843. Professor universitario em Lisboa, e autor de vasta obra de historia literaria e doutrinar, Teófilo Braga foi proclamado presidente do Governo Provisorio (1911). Mais tarde foi eleito deputado à Assembleia Constituinte. A sua *Historia da Literatura Portuguesa*, apesar de certas lacunas, ainda hoje é uma das sínteses mais perfectas e completas do movimento literario do nosso país.



ANTONIO LUIS GOMES, nasceu em 1863. Formou-se em direito em Coimbra em 1910. Foi durante quatro anos presidente da Associação Academica de Coimbra onde exerceu grande actividade republicana. No Governo Provisorio da Republica assumiu a pasta das Obras Publicas. Mais tarde, exerceu outros cargos: embaixador no Brasil, reitor da Universidade de Coimbra e Provedor da Misericórdia do Porto. É hoje o unico sobrevivente do 1.º Governo Republicano.

A Juventude Portuguesa e o 5 de Outubro

por ARMANDO PINTO

A primeira vez que eu soube haver 5 de Outubro, foi aos 9 anos de idade. Na véspera meu pai tinha-nos dito: "Amanhã não trabalho; é feriado".

Isso foi motivo para eu passar toda a tarde perguntando: — Mãe, mas por que é feriado?

— Vai brincar, filho! Já te disse, vai brincar!

Minha mãe estava muito preocupada em inventar novos malabarismos que esticassem ainda mais o magro salário de meu pai, para que me pudesse atender na altura.

A explicação fui achá-la no dia seguinte, quando o tio, o meu velho tio, entrou em casa. Com ele entrava a dignidade resguardada por uns olhos empapados de malícia, entrava um respeito que me segurava os dedos inquietos por esgravatarem seus altivos bigodes brancos, que tantas coegas faziam na minha curiosidade de criança.

— Ora diz-me lá, tu sabes que dia é hoje?

— 5 de Outubro, tio.

— E tu sabes que dia é este?

E veio um desenrolar de lutas, revoluções, toda uma série de factos muito densos para caberem na minha cabeça já atormentada pelas histórias de cavalinhos e piratas. Toda essa predica não conseguiu mais do que aguçar a minha expectativa pela chegada das aulas, ou melhor, pela chegada de sábado, o dia da Mocidade. Porque aos sábados, nós marcavamos passo, fazíamos exercícios militares e gritávamos: Salazar, Salazar, Salazar! E depois disso, sim, depois disso é que vinha a festa: duas horas de recreio para brincar, para reinar à vontade.

Lembro-me da preparação da grande parada do 28 de Maio. Todos os dias o professor terminava a aula, dizendo:

— Não se esqueçam de dizer em casa que é obrigatório comprar a farda da Mocidade Portuguesa.

Nessa altura eu olhava para o meu amigo Abel, e ele baixava os olhos. O pai estava desempregado há mais de três meses.

Intensificaram-se os exercícios militares. Apareceu na escola um instrutor especial, da Milícia. O senhor Melo. Melo como nós lhe chamávamos, à boca pequena. E, além dos exercícios, as horas de Redacção passaram a ser preenchidas por temas como os seguintes: "O que pensas de Salazar?"; "O que teus pais dizem de Salazar?"; "Porque tem um S o cinto da tua farda?".

E quando o dia 28 chegou, pela primeira vez eu conheci o corrosivo sabor da injustiça; pela primeira vez eu senti a tração minando a pureza que se aninhava em todo o tamanho de meu pequerrinho coração. Abel foi enxotado pelo senhor Melo, como um cão sarmento:

— Não pode ir! Não tem far-

da, não pode ir. Não quero saber. Comprasse-a.

Seguimos por Lisboa vestidos de verde e de braço estendido. Quando passamos a Avenida, lá descobri minha mãe na varanda combinada, cheia de preocupações pela chuva que caía sobre nós. Então as lágrimas arderam-me o rosto, e um sabor amargo veio misturar-se às obscenidades que se tinham infiltrado no meu vocabulário de criança, e que eu agora utilizara para ferir, para violentar o sr. Melo e todos os graduados da odiada Mocidade Portuguesa.

Comprimido por uma farda verde, prisioneiro da imprensa censurada, manietado pelo medo que tocava de silêncio a boca dos homens, comecei para mim a aventura de me apoderar da verdade. "Salazar fez de Portugal um país prospero", era o slogan do Secretariado Nacional de Propaganda; mas em casa eu iniciava-me pensosamente nos malabarismos orçamentais da família. "Salazar salvou o país dos bombistas da República." E eu então imaginava homens tremendos, lambusados de sangue e de fumaça. Mas o meu velho tio, cada vez mais branco e digno em sua velhice, desmentia a afirmação. Uma dúvida clandestina insinuou-se no meu cérebro de adolescente.

E eis que um dia, brotando das folhas amarelas dum livro antigo, a República, o 5 de Outubro, revelou-se em toda a sua grandeza idealista:

O povo guardava, de espingarda ao ombro, os bancos onde se ocultava a riqueza dos grandes proprietários e industriais monárquicos, que já nesse momento teciam a contra-revolução. Um popular, ao ser baleado no Largo São Domingos, ao sentir esvaír-se a vida, com o dedo banhado no próprio sangue, empurrou-a heróicamente para o futuro; porque esse VI-VA A REPUBLICA, essas quatorze letras desenhadas a sangue numa parede, a juventude democrática portuguesa recolheu-as no Largo de São Domingos e trá-las enterradas no coração.

Então eu tive conhecimento de que já houvera em Portugal um tempo em que os dirigentes da Nação respeitavam as aspirações populares. Um tempo em que se abriram mais escolas, mais liceus, em que se facilitou o ensino a todas as classes sociais, em que a cultura era sistematicamente difundida através de conferências e bibliotecas ambulantes. Um tempo em que foi estabelecido o regime das oito horas de trabalho, em que foram suprimidos os impostos que pesavam sobre a pequena propriedade. Um tempo em que foi alargado o voto a novas camadas da população, e em que havia liberdade de pensamento, de palavra e de acção. Uma série de reformas e medi-

das, toda uma utopia para um jovem que, ao nascer, tinha os dias marcados pelas botas da mais cruel das ditaduras.

Moços que somos, recordamos

a República com uma saudade antiga e ausente. Magoados, acusamos nossos pais e avós, todos os velhos republicanos que, por falta de vigilância,

perderam a melhor herança que poderiam transmitir à nossa juventude: a liberdade e a democracia, que saberíamos concretizar!

A CENSURA À IMPRENSA E AO LIVRO

Conclusão da pagina anterior
Além de que há somente arbitrio e denuncia no processo da apreensão de livros. A Censura persegue um volume como a polícia um criminoso... sob denuncia. Não há uma "anonica lega", um stipulatio que, violado, provoque a apreensão. Há a voz dum inimigo que se faz ouvir e concita o ostracismo do livro para ferir o autor ou o editor. A Censura então, põe em campo as maiores forças repressivas do Estado salazarento, A SUA POLICIA POLITICA, A P.I.D.E., e manda aprisionar o bandido. Entretanto, nessa ocasião, vendem-se pelo País outros livros carregados da mesma valoração filosófica ou artística e que ninguém incomodam e de ninguém são perseguidos. A Censura foi apenas mero instrumento dos fins secretos de um delator disfarçado em moralista ou nacionalista ou da punição que o Governo atrai sobre um desafecto. E não há em Portugal o recurso jurídico de "mandado de segurança" para que o cidadão se salve do arbitrio ou da violencia do Executivo.

Fala-se muito na Cortina de Ferro e pouco na dos Pirineus. E atrás desta que as Censuras oprimem a imprensa e o Livro de dois Países, a sua Arte e Pensamento. Em toda a mais Europa Ocidental só em casos de escândalo publico e mediante processo judicial, se acusa e repudia uma obra literaria.

E em prol da dor e vexame dos escritores e artistas portugueses que eu apelo desta tribuna humilde, para a O.N.U., para a Unesco, para os escritores brasileiros, para os escritores de todo o mundo, para a consciencia universal. A nossa situação é tão dura e dolorosa que o livro chega a ser nos apreendido em casa, ainda em original inacabado, ainda em cima da secretaria, como me aconteceu. A policia assaltou-me a casa e apropriou-se de um meu livro de Memorias, na parte relativa ao

ano 1952, e porque só essa eu tinha então comigo. Autentico atentado contra a propriedade particular, a par da opressão da liberdade do pensamento. As minhas deligencias para conseguir a restituição desse valor que me pertence foram passos em pura perda.

Não são os escritores, a dentro da Cortina dos Pirineus, malfeitos a quem, em defesa da Moral, dos Costumes, da Nação, seja preciso manter sob ameaça ou vigilancia, não são os autenticos escritores como Carlos de Oliveira, Aquilino Ribeiro, Manuel da Fonseca, Tomás Ribeiro Colaço, Ferreira de Castro, Miguel Torga, Domingos Monteiro, Fernando Namora, Tomás de Figueiredo, Branquinho da Fonseca, João Gaspar Simões, Virgilio Ferreira, Victorino Nemésio, e tantos outros, de maior ou menor projecção, eu incluída, capazes de utilizar a obra de ficção como panfleto ou a pornografia como chamariz.

Em todo o mundo civilizado os escritores são cidadãos prestigiosos mas em Portugal e Espanha passam à categoria potencial de suspeitos de traidores à Patria, à civilização, aos costumes tradicionais.

Não me convenço de que a liberdade da criação artistica ou literaria, que é proficua em todo o mundo de civilização occidental, seja pernicioso para dentro da Cortina dos Pirineus; não me convenço de que os escritores ibéricos mereçam o tratamento de indesejáveis e a sujeição dada aos menores; não me convenço de que seja

Falecimento

ANTERO RIBEIRO DE FARIA — No Hotel Senador, nesta cidade, faleceu no dia 18 de julho repentinamente, vitimado por ataque cardíaco, este nosso correligionario que foi na vida um exemplo de honestidade e um sincero e combatente republicano democratico.

necessário para fins confessáveis que os escritores ibéricos sofram um estatuto de excepção; não me convenço de que seja pernicioso, para os verdadeiros interesses da civilização cristã e occidental, que os escritores ibéricos tenham a mesma liberdade que os mais do mundo livre; não me convenço de que atirar sobre os escritores ibéricos a injuria de os considerar incapazes sem a egide da Censura, não brade aos Ceus! Não me convenço de que o verme mortifero no corpo da sociedade, não seja, para esta, a ameaça maior!

Os escritores ibéricos não são bandoleiros necessitados de vigilancia policia! Não são facinoras ingovernáveis sem Censura! Nós temos mil anos de Historia em que apenas existem, como periodos de revoltas os sequentes às mudanças radicais de instituições politicas. Protesto contra a injuria feita aos povos portugueses e espanhol por quem os considera uma sub-humanidade digna de ser privada de direitos politicos e incapaz de ombrear em valor moral com os demais povos europeus.

Os Pirineus separam Portugal e Espanha do mundo libertado de Censuras mas esse isolamento não nos arrancou, em substancia filosofica, ao grande chão latino em que nos enraizamos. Somos herdeiros de uma cultura humanista, de uma arte e literatura dignas desse nome, e morreremos de as ver morrer!

A Italia fascista, a Espanha franquista, Portugal salazarento, esmagados por censores, não fizeram sentir no mundo a sua presença latina dentro do pensamento da arte e literatura. Para os anos malbaratados não há mais remedio que as lagrimas; mas o futuro está diante de nós e temos o direito de o viver como gente! O mundo é cúmplice de crime que se comete contra Portugal e Espanha! Posso dizê-lo no Brasil, onde ainda campeiam as velhas liberdades ibéricas.

Grande Deposito de Meias e Malhas "FUNCIA"

Meias e malhas de nossas fabricas — Especialidade para homens, senhoras e crianças

PREÇOS ESPECIAIS PARA REVENDADORES, ATACADO E VAREJO

Av. Rangel Pestana, 1217 - Fone: 33-4584
SÃO PAULO

O M.N.D. DEFENDE-SE EM TRIBUNAL

PORTUGAL DEMOCRATICO prossegue a publicação de todos os documentos de interesse politico a que, devido à ação da Censura salazarista, os jornais do nosso país não puderam dar guarida — Assim, transcrevemos hoje na integra os autos da instrução contraditória do Tribunal do Porto que julgou os membros da Comissão Central do Movimento Nacional Democratico, em que estes repelem as acusações que a Policia Politica lhes formulou — Tal documento apresenta ainda um interesse excepcional pelos elementos que fornece para a discussão da forma como o Governo de Salazar tem conduzido o problema de Goa.

Nos autos de querrela que contra si correu pelo 2.º Juízo Criminal do Porto, 1.ª secção, dizem em instrução contraditória RUY LUIZ GOMES, VIRGINIA FARIA DE MOURA, ALBERTINO DUARTE MACEDO e JOSE CARDOSO MORGADO JUNIOR:

Os arguidos repudiam do modo mais energico e veemente que tivessem cometido os crimes que são acusados. E assumem a inteira responsabilidade de serem os únicos autores da NOTA OFICIOSA DO MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRATICO SOBRE GOA, DAMÃO E DIU e de serem também os únicos responsáveis pela sua entrega a todos os jornais diários, com o pedido de publicação. Com este documento quizeram na qualidade de membros daquela Comissão Central, dar a conhecer a toda a Nação o parecer e a posição desse Movimento perante os acontecimentos da Índia e, assim, contribuírem para que através de um debate publico da questão, onde se fizessem ouvir todas as opiniões se viesse a forjar uma verdadeira consciencia nacional capaz de dar uma autentica e patriótica solução aos Problemas dos Povos de Goa, e Diu e resolver o diferendulo com a União Indiana. Com efeito, é deste modo que actuam e se determinam os democratas de todo o Mundo por impetativo de sua propria ideologia. Consequentemente, os arguidos que são publica e notoriamente conhecidos como democratas não podiam, nem sabiam, proceder de outro modo. E também é assim que se procede em todos os países de orientação politica, cujos principios informam toda a vida internacional do após guerra, e foram inscritos no FACTO DO ATLANTICO a que o Governo do Estado Novo aderiu.

De harmonia com os seus ideais e métodos democraticos e na patriótica intenção de que se fizesse ouvir o verdadeiro pensar e sentir do Povo Português, elaboraram a nota officiosa que serve de base à acusação.

QUANTO AO CRIME DO ARTIGO 142.º: Por isso e para isso enviavam essa nota, é proprio e habitual, a todos os jornais diários na certeza de que o faziam dentro da maior legalidade. E é evidente que os signatários da Nota Officiosa, procedendo como procederam, só pretendiam usar da imprensa para comunicar com a opinião publica o que, como é obvio, tornaria inutil e superfluo recorrer a qualquer outro meio de publicidade. Por ser assim é que a propria PEDE reconhece

e afirma no seu relatório de Folhas 237 que essa Nota Officiosa só foi reproduzida e espalhada mais tarde sob a forma de panfleto, isto é, estes, dizeres do relatório da PEDE combinados com as datas do envio em 14 de agosto, imediata prisão dos arguidos em 19 e 20 desse mês, documento de folhas 167 e informação de folhas 170, respectivamente de 1 e 4 de Setembro demonstram sem qualquer duvida que só após a sua prisão aquela Nota foi distribuída sob a forma de panfleto. Portanto, é até absurdo por fisicamente impossivel que os arguidos tivessem andado a introduzir esses panfletos nas caixas do correio ou a espelhá-los pelas vias publicas., uma vez que se encontravam presos!

Tanto demonstra que, ainda quando essa distribuição fosse criminosa, os arguidos nunca podem ser criminalmente responsáveis por ela.

O Movimento Nacional Democratico mantém desde 1949, como é sabido e notório, uma atitude pública e legal de opposição ao actual Governo — quer quanto à sua politica interna, quer quanto à externa, por isso desde aquela data tem dado a conhecer — nomeadamente através de comunicados publicados na imprensa diária e em representações às autoridades, em especial ao Senhor Presidente da República — qual a sua posição perante os problemas nacionais, em todos os momentos de emergência da vida do País. Ao fazê-lo também agora relativamente ao problema da Índia, o Movimento Nacional Democratico — representado pelos arguidos — não fez mais do que, fiel à sua orientação democratica a as suas responsabilidades politicas, seguir a sua linha de conduta tradicional, aliás comum a todos os movimentos de opposição ao Estado Novo que se têm sucedido desde 1945. Essa linha de conduta transparece — quanto à politica externa do Governo — muito especialmente nos documentos seguintes: Manifesto do Movimento de Unidade Democratica acerca da entrada de Portugal na ONU, em 1945; manifesto do General Norton de Matos à Nação, quando da sua candidatura em 1949; manifesto do Professor Ruy Luiz Gomes ao Povo, quando da sua candidatura à Presidência da República em 1951, e o manifesto do Movimento Nacional Democratico, intitulado "Pacto de Paz e não Pacto do Atlantico", de 1952.

Não é legitimo afirmar-se — por ser falso e tendencioso que os arguidos tenham procurado especular com os acontecimentos da Índia, que então decorriam — mas tão somente, como já se afirmou, tornar publico o parecer de largos sectores de opinião que, patrioticamente, discordavam e discordam da orientação governamental. E continuou um debate publico — em que já anteriormente se tinha feito ouvir o Eng. Cunha Leal, Dr. Rolão Preto e outros — que conduziu ao esclarecimento do Povo Português, indispensável a uma solução harmonica com os verdadeiros interesses nacionais, através da manifestação livre de todas as opiniões.

Este parece também ser o ponto de vista do Governo quando, em Nota Officiosa da Presidência do Conselho de 22 de Junho passado, se declarou: "...o chamado caso de Goa tem sido ventilado entre nós com a máxima liberdade"...

... "Nem as pessoas responsáveis pelos destinos da Nação no actual momento julgam possuir o monopólio da intelligencia, pelo que estão sempre prontas — e não só na actual emergência — a considerar ideias e soluções convenientes para o País". O Governo de facto não deseja incorrer no crime de impor coactivamente silencio a quantos pudessem fornecer-lhe ideias e armas para a defesa da Pátria"...

... "Na convicção de que os signatários ou outros devidamente qualificado terão sempre presentes o sentido da justiça e da moderação, e as normas que dominam as relações entre os Estados, nenhuma dificuldade há em que mais uma vez se lhes reconheça liberdade para se occuparem do caso de Goa, sempre de harmonia com o verdadeiro interesse nacional"...

E mais categorico e terminante foi ainda o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros quando, em entrevista concedida aos jornalistas no Rio de Janeiro, em resposta à pergunta

— Se algum jornal em Portugal poderia apoiar a luta do povo de Goa identica à luta que outrora sustentada pelo povo brasileiro? respondeu:

— Tanto isso é possivel que dias antes da crise o Governo tornara claro que tal assunto era não só livre mas até certo modo desejável".

Efetivamente, não é admissivel nem compreensivel que, em assunto de tanta importancia para os interesses da Patria — o governo se arvore em unico detentor da verdade e da vontade nacional. Só porque assim o pensaram — e as declarações da Presidencia do Conselho tanto confirmavam — foi que os arguidos conhecedores melhor do que ninguem das limitações politicas que o Governo impõe — tentaram usar uma imprensa previamente censurada para expor os seus pontos de vista à Nação. Foi no intuito de servir aos mais altos interesses do povo português, a dignidade da Patria e o bom nome de Portugal que os arguidos, como representantes do Movimento Nacional Democratico, fizeram distribuir pela imprensa a referida Nota Officiosa — que a censura não deixou publicar. O fato dos signatários da NOTA OFICIOSA propugnarem um metodo de solução do diferendulo com a União Indiana diverso daquele que parece ter sido adotado pelo Governo, não pode legitimar — etica, politica ou juridicamente — qualquer acusação contra os mesmos. Pelo contrario, não admitir que em todas as questões de interesse publico — e, nomeadamente naquelas que

respeitam a problemas fundamentais da Nação se possam manifestar os pontos de vista de varios setores da opinião publica é um mero ato de arbitrariedade anti-patriotico e, na definição daquela Nota da Presidencia do Conselho — um crime de Governo.

E a historia dos nossos dias demonstra-o na lição das catastrofes nacionais a que foram sujeitos os povos da Alemanha de Hitler e da Italia de Mussolini. Ora, em relação directa com o problema de Goa, a NOTA OFICIOSA começa por pôr em evidencia a ignorancia em que se encontra a opinião publica nacional através da seguinte frase:

"No entanto, toda esta pressão sobre a opinião publica, nacional e internacional, surge inteiramente desligada de qualquer preocupação de esclarecimento acerca das condições de vida e das aspirações dos povos do ultramar e, em especial, dos povos de Goa, Damão e Diu".

E acaba por reclamar: "Que o diferendulo com a União Indiana seja resolvido por negociações tendo em vista as legitimas aspirações dos povos de Goa, Damão e Diu".

Daqui como aliás de todo o documento, por nenhum modo legitimo se pode concluir que os signatários defendessem a União Indiana!!! Pois a sua

(Conclui na 10.ª pag.)

"INAX LTDA."

Importadora e Distribuidora de Artigos para Escritorios

CARBONO — GRAMPOS — GRAMPEADORES — FITAS
— COPIADORES — APONTADORES — PERFURADORES
ETC.



Fornecedores das mais importantes firmas da praça



AV. RIO BRANCO, 320 — 5.º ANDAR — CONJ. 54
Fones: 36-6439 e 37-5278 — Caixa Postal, 5.945

SÃO PAULO

A Festa dos Republicanos Portugueses de São Paulo

Como aconteceu todos os anos, os portugueses republicanos de São Paulo reuniram-se num banquete comemorativo do Dia de Outubro. O agasce deste ano revelou excepcional significado, por varias razões. Em primeiro lugar, pela extraordinaria affluencia: cerca de

150 compatriotas nossos congregaram-se na sala de um restaurante desta cidade manifestando num ambiente bem português pela alegria, que não haviam esquecido aquela data em que um grupo de idealistas derrubou a dinastia dos Braganças.



O nosso director com a palavra

150 compatriotas nossos congregaram-se na sala de um restaurante desta cidade manifestando num ambiente bem português pela alegria, que não haviam esquecido aquela data em que um grupo de idealistas derrubou a dinastia dos Braganças.

Lima, João Magalhães, Murillo de Sousa Reis, presidente do Partido Agrario Nacional, Otávio Martins de Moura, nosso Director, Gonçalves Paratudo, Carlos Neves, os poetas Augusto dos Santos Abranches e Fernando Correia da Silva, etc. etc.

As numerosas senhoras presentes eram uma prova do interesse da mulher portuguesa pelos assuntos publicos, do nosso país.



O sr. Gonzalez, ex-representante no Brasil do governo republicano espanhol.

Terminals a refeição, o comandante Sarmiento Pimentel iniciou os trabalhos dando a palavra ao sr. Francisco Lopes, que, em nome da Comissão Cinco de Outubro, organizadora da reunião, procedeu à leitura de algumas mensagens enviadas. Assim, foi lida uma carta do Reitor da Universidade de São Paulo, Dr. Alípio Correa Neto, congratulando-se com a magna data e outra do Presidente da Camara sr. Elias Shamas, augurando que a comemoração se revista do maximo brilho. Igualmente, leu-se um telegrama enviado de Portugal pelo escritor professor Tomás da Fonseca que, no ano passado, honrara o jantar do 5 de outubro com a sua presença. A leitura do telegrama foi interrompida pelas ovacões da assistência que não esqueceu a veneranda figura do Professor Tomás da Fonseca e a sua combatividade na luta pela Democracia.

Tomou depois a palavra o sr. Comandante Sarmiento Pimentel cujo discurso publicamos nesta pagina. A vibração das suas palavras e a sua fé inabalavel nos destinos da Republica na nossa terra, valeram-lhe uma demorada e merecidissima ovacão.

Volto a falar o representante da Comissão 5 de outubro, sr. Francisco Lopes, que pronunciou uma breve allocução salientando o que representava para nós portugueses, aquela comemoração e pondo em destaque os progressos verificados, de há um ano a esta parte, na união dos democratas lusos no Brasil. No seu discurso, Lopes mencionou, como fator relevante dessa nova unidade, o aparecimento de Portugal Democrático, bem como a participação, se não em pessoa pelo menos em representação, dos Carlos Neves, os poetas Augusto dos Santos Abranches e Fernando Correia da Silva, etc. etc.

Procedeu-se depois à leitura do discurso que o Professor Doutor Jaime Cortezão, a mais alta figura da intelectualidade portuguesa no Brasil, impossibilitado de comparecer ao agasce, quis ter a gentileza de escrever, saudando os democratas presentes. Consideramos uma honra poder inserir no nosso jornal esta peça oratoria que, pela elevação e dignidade dos conceitos que expressa, bem merece ser salva do inexoravel destino de todos os discursos. Verba volant, scripta manent.

O dr. Vitor Ramos pronunciou seguidamente algumas palavras saudando "Portugal Democrático", historiando a sua existencia e mostrando qual o seu significado. Terminou por um apelo aos presente no sentido de auxiliarem esta publicação, órgão dos republicanos portugueses no Brasil.

O dr. Elias Cavalcanti falou depois para dizer, em palavras repassadas de amor por Portugal, o prazer que sentia em se encontrar presente naquela reunião.

O escritor José Geraldo Vieira, bem conhecido no nosso país, onde uma editora está procedendo ao lançamento dos seus livros e, por outro lado,

Presidente do Grupo dos Amigos de Eça de Queiroz, que funciona em São Paulo como órgão de difusão da nossa cultura.



Fala o escritor José Geraldo Vieira

ra, contou, naquela sua prosa tão característica aquilo a que pode chamar-se as suas "memo-

Entretanto, o poeta Augusto Dos Santos Abranches pediu a palavra para sollicitar à assistência



Aspecto de conjunto da assistência

rias de um amigo da Republica Portuguesa.

Falou depois o historiador Eduardo Fernandez y Gonzalez, grande lutador pela Republica Espanhola, que traçou um bem fundamentado quadro comparativo entre os destinos historicos dos dois povos, terminando por um apelo à união dos democratas portugueses e espanhols na luta contra as ditaduras que oprimem os dois países. O discurso fluente e entusiasta do nosso amigo espanhol foi calorosamente aplaudido.

O sr. Murilo Sousa Reis, alto funcionario da Secretaria do Trabalho e Presidente do Partido Nacional Agrario, filho de portugueses, contou a sua amarga experiencia das prisões politicas do regime salazarista. Quando estudante no Porto — afirmou o orador — esteve preso na cadeia civil desta cidade por ter ousado defender as liberdades essenciaes de que o povo português se encontra priv-

gado. Este testemunho directo duma vitima do salazarismo impressionou altamente a assistência.

Terminadas as intervenções, o Comandante Sarmiento Pimentel procedeu à leitura de duas moções apresentadas à Mesa e submetidas à aprovação da assembleia. Nesses documentos, que publicamos na 1.ª pagina, o grupo de democratas presentes sollicita a Sua Excecellencia o Senhor Presidente da Republica Portuguesa, General Graveiro Louca, que "abrevie o restabelecimento das franquias democraticas" no nosso país e manifesta ao escritor Antonio Sergio, na sua qualidade de primeiro signatario de moção identica, aprovada em Lisboa, a sua irrefreavel aprovação.

A moção ao Presidente da Republica e a manifestação de apoio a Antonio Sergio foram aprovadas pelas presentes que credenciaram dois delegados, encarregados de expedir-las a Portugal, por via telegrafica.

Os sentimentos democraticos da Assembleia manifestaram-se ainda no ardoz leilão pela pos-

povo português pela sua libertação.

De tudo quanto tenho feito, para honrar a minha Patria e defender suas gloriosas tradições democraticas, mereci do Estado Novo a generosa recompensa de cinco lustros de exilio e a perda de todos os direitos de cidadão português por igual periodo, mais ainda daqueles que conquistei com as armas na mão nos campos de batalha da Africa e da Europa.

Bem haja o governo de Salazar por tamanha mercê!

Apresento-vos estas credenciais, pois, na maioria, sois novos e não tendes obrigação de as saber, mesmo porque o governo que tiranisa Portugal, outra coisa não tem feito com maior constancia e hipocrisia que denegrir todos os seus adversarios, occultar aqões exemplares que eles praticaram, ou jesuiticamente diminuir, por um silencio propositado, o alto valor moral e nobre patriotismo que elas significam.

Falei de mim em legitima defesa e implicitamente na defesa dos meus companheiros democraticos, uns que já morreram, outros, como eu, domiciliados no Brasil e de muito maior projecção politica e intelectual, como sejam o dr. Jaime Cortezão, o dr. Moura Pinto, o comandante Jaime de Moraes, que na Republica exerceram altos postos com altiva honradez e aquela competencia e talentos que os brasileiros, por varios testemunhos, lhes têm reconhecido.

E assim terminou, no meio da maior cordialidade e alegria, esta festa de confraternização dos portugueses democraticos de São Paulo.

Discurso de Sarmiento Pimentel

Senhoras e Senhores: Agradeço-vos a honra que me concedestes convidando-me para presidir este jantar comemorativo do 5 de Outubro, data que representa um dos factos de maior solemnidade da historia nacional portuguesa. Hei de accedê-la sem validade, só por ser o mais velho dos republicanos aqui presentes e tambem porque tomei parte, como aluno da Escola do Exercito, no movimento revolucionario de Lisboa que depois a monarchia dos Braganças e implantou a Republica em Portugal.

Desta gloria muito me orgulho e tenho-a como o maior serviço que prestei ao meu País, sem esquecer esse outro de chefe da Revolução de 13 de Fevereiro de 1919 na cidade do Porto, na qual, ajudado por meu irmão Francisco, aqui presente, e outros camaradas e civis, acabamos com o Reino da Traulândia lá implantado por Palva Canceiro.

De tudo quanto tenho feito, para honrar a minha Patria e defender suas gloriosas tradições democraticas, mereci do Estado Novo a generosa recompensa de cinco lustros de exilio e a perda de todos os direitos de cidadão português por igual periodo, mais ainda daqueles que conquistei com as armas na mão nos campos de batalha da Africa e da Europa.

Bem haja o governo de Salazar por tamanha mercê!

Falei de mim em legitima defesa e implicitamente na defesa dos meus companheiros democraticos, uns que já morreram, outros, como eu, domiciliados no Brasil e de muito maior projecção politica e intelectual, como sejam o dr. Jaime Cortezão, o dr. Moura Pinto, o comandante Jaime de Moraes, que na Republica exerceram altos postos com altiva honradez e aquela competencia e talentos que os brasileiros, por varios testemunhos, lhes têm reconhecido.

Ora contra toda essa notavel pleiade de honrados homens publicos, que governaram no tempo da Republica, illustres pela sua alta cultura, de fama internacional, na jurisprudencia, administração, diplomacia, e que o Serviço Nacional de In-

formações procura incutir no espirito dos portugueses, sobretudo da geração que hoje atinge entre 20 e 40 anos, ápostos desprestigiadores do seu caracter e dum valor moral e politico que a essa geração pode impor respeito e gratidão.

Ainda agora me velo às mãos um "Breviario da Patria para os portugueses ausentes", especie de biblia (que quer ser) para os nossos patriotas "que

vivem longe de Portugal, que têm saudades da terra-mãe e do seu espirito, e gostam de olhar, de quando em quando, para os velhos e novos retratos de familia" como houvesse de se acreditar que alguém possa invocar com saudade o Portugal dum Marcelo Caetano, dum Ramires das fabricas de sardinha, dum Trigo de Negreiros, dum Teotonio de negocios de arroz por atacado, dos tubarões da Cuf e da Mabor, do capitão Lourenço e da Gestapo, do D. Miguel e do Teles Jordão, do Carmona e Salazar! e não o Portugal de Afonso Henriques e D. João I, da arraia miuda e do Nun'alvares de que fala Fernão Lopes, dos guerreiros e santos e navegadores, que andam no coração do povo, do Camões e do Gil Vicente, da Soror Mariana e da Floribela Espanca, do Bocage e de Antero, do Camillo e do Junqueiro, do Eça e do Ramalho, do Aquilino e do Torga, do João das Regras e do Mousinho da Silveira, do Egas Moniz e de Ricardo Severo, do Ferreira de Castro e do Teixeira de Pascoaes, do Jaime Cortezão e do Herculano, do Soares dos Reis e do Columbano, do Oliveira Martins e do Antonio Sergio, e tantos outros, famosos e illustres nas Artes, nas Ciências, nas Letras, no Governo e na defesa dum povo heroico, immortalizadores da Patria, seu expoente de liberdade e universalidade, gloria da sublime espiritualidade que se perpetua pelos seculos dos seculos.

O tal volume, intitulado "Por-

tugal" propõe-se guia espiritual e politico da nossa Grel.

A censura feroz que existe na Metropole e nas Colonias não permite que lá dentro se proteste contra as mentiras e infamias que o livro se faz eco, camuflado de rica apresentação grafica e alguma colaboração interessante, para que ninguém suspeite os torpes intentos do rancor totalitario que contém.



O comandante Sarmiento Pimentel, quando pronunciava seu discurso

E assim é que, a proposito da data que hoje comemoramos, nas paginas 139 — 140 escreve: "A Revolução de 5 de outubro foi um sudario de vergonhas e miserias, cobardias e trações e deserções" de que resultou "uma Republica de aventureiros, de iconoclastas, de parasitas, que se arrastará, através disturbios sangrentos, improvisaes estereis, escandalos espectaculosos, na instabilidade, na incompetencia, no fratricidio e na desordem".

Alguns dos nossos patriotas, dum fanatismo patrioteiro, ficam raivosos da minha attitude por vir a publico aqui no Brasil, pela imprensa e pela palavra oral, contestar aendices como essa e outras semelhantes, periodicamente divalgadas pelo salazarismo.

Eu bem sei que é imprescindivel ao Estado Novo deltapar os factos, enxovalhar a Republica, para justificar a ditadura cruel que está em toda a parte, imposta a um povo faminto e sempre revoltado.

Eu reconhecio que durante todo esse tempo se tem procurado prevenir o caracter dos portugueses, utilizando para tão criminoso fim uma policia secreta que está em toda a parte, uma censura inquisitorial, e uma facção jesuitica do clero e no pulpito, na escola, na officina do confisionario, transforma a fé ingenua e simples do povo, crente sincero e uma facção jesuitica do clero e no pulpito, na escola, na officina do confisionario, transforma a fé ingenua e simples do povo, crente sincero e

Um livro que todos devem ler. FATIMA. Historia de um Grande Embuste de TOMAZ DA FONSECA. LIVRARIA CULTURA NACIONAL LTDA. Rua Quintino Bocaiuva, 714 - 11º andar. Sala 1.101 - Fone 32-5223

outros idolos dum novo arianismo, destruidor das mais bellas e enternecedoras imagens da Igreja Catolica.

Por isso mesmo é imperativo da nossa consciencia de democratas contradizer com verdades evidentes, seja no Brasil ou em outros países, tudo quanto maliciosamente e sem escrúpulo algum, divulga, propaga, o Serviço Nacional de Informações, embora se ofendam os agentes da "Fide" ou aqueles que consciente, ou inconscientemente lhe prestam serviços.

Tenhamos pois, a coragem de afirmar, embora contrangidos e magoados, que em Portugal não há qualquer especie de garantia de liberdade, que o nosso povo possui um nivel de vida dos mais baixos de toda a Europa, que mora em cabanas com os filhos desnutridos, ventruços, olhos suplicantes como de cães famintos, nus e sujos como bichos do mato, enquanto a dimensao dos ricos, dos argentarios, dos negociantes, dos latifundarios, se pavoneia em rabos de peixe pelas estradas asfaltadas, mora em palacios nababescos protegida pela Policia, pela Guarda Republicana e pela tropa.

Em Portugal quando alguém ousa criticar o Governo e o aponta à justiça da opinião publica como conviente em escandalos na administração das colonias é metido na Penitenciaría por tempo indeterminado. Lá está e catará o capitão Henrique Galvão a sofrer as consequências de haver denunciado os roubos feitos em Angola.

Quando um delegado da confiança de Salazar é nomeado Director da Biblioteca Nacional e dá um desfalque de 30 milhões de escudos roubando e vendendo centenas de livros raros, tem mesmo de morrer de morte súbita, para não perigar o prestigio do chefe infalivel.

Quando um Sobral Mendes, amigo do peito, daquele cabo Costa Sinistro, de triste renome, avança nos cofres das Minas de São Pedro da Cova, acaba por estourar os miolos, não vá no inquerito administrativo dizer que tem convites.

Quem leu nos jornais esses e outros escandalos de tantos e tão apadrinhados aventureiros? Ninguém.

A censura topa todos os serviços que a moralidade do Estado Novo lhe ordena. O modo impõe silencio.

Quantos, obras de fachada, eu só para regalia e gozo dos que possuem fortuna; pois mesmo essas outras de fomento, só iniciadas 23 anos após subir ao poder, entregou-as a grupos financeiros que as explorata com mentalidade judaica.

O proprio dinheiro da renda das Colonias tem ido a rodeo em emprestimos forçados para equilibrio do Orçamento e para essas grandezas espectaculares, reclame politico, novas Maifras, Palacio dos Duques, em Guimarães, stadium de Braga, sustentio da Policia secreta, Legião, Gremios, corporações, partido unico, praga de gafanhotos e de cupim que vive à custa do Estado num parasitarismo mavortico e alarmante.

Ninguém se atreve a revelar tais crimes contra o Erario publico, e a censura nunca permitiria que nem de leve lhes façam qualquer allusão.

Um proximo futuro mostrará como é pura verdade isto que vos digo e muito que depois ireis saber, sofrendo-lhe vós e vossos filhos funestas consequências, pois havelis de pagar, como todos os portugueses, o preço astronomico que custou à Nação um Governo totalitario e policial, durante mais de 30 anos tenebrosos.

Este 5 de Outubro que hoje comemoramos deve ser de protesto e de esperanca.

Protesto contra todas as mentiras e violencias e injusticias e crueldades e extorções = policia politica, campos de concentração, presos politicos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indifferença pelos direitos do povo e sua gloriosas tradições de independencia — que, por todos os modos, num conto de vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal.

De esperanca, de certeza mesmo, que tudo quanto infelleitou durante trinta anos a nossa Patria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paleano e seus filhos, está no fim. E a Republica será reimplantada e governada por uma verdadeira Democracia social que há de sarar as feridas que o monstro totalitario produziu no corpo e na alma da Nação.

Quando ao outro cinco de Outubro, o de 1910, basta que esteja gravado no Intimo de cada um de nós, por forma clara e precisa, o que ele significa na evolução progressiva da Patria; basta que cada um se concentre no seu culto pela terra natal e, como em devota adoracão, olhe esse feito glorioso do povo português com acto predestinado da sua resurreicão.

Misto de Pombal, de Fontes e de Maquiavel — rancoroso, ferino, alheio à graça, indifferente à dor — o dono da Fazenda, após longos anos a extorquir a misera economia do povo amalhador, lançou-se na reconstrução de palacios e Mo-

No 46.º Aniversário da República Portuguesa

por Gonçalves Paratudo

Afonso Costa, o grande parlamentar e notável estadista da República, há anos falecido em Paris, onde era exilado do Estado Novo — Afonso Costa, já nos dizendo, pronunciou na tarde de 5 de outubro de 1910, após o acto da proclamação, na varanda da Camara Municipal de Lisboa, um memorável discurso, do qual destacamos as seguintes palavras: "Esta República — que nós, os intelectuais não fizemos porque estivemos longe do teatro das lutas e do combate, como estiveram as forças sociais organizadas — fê-la o povo, roto e humilde de todo o País, que saberá defendê-la de qualquer ataque. A República fez-se pelo povo e para o povo".

Que nos perdes a memoria de tão insigne cidadão, mas discordamos da primeira afirmação: "Que nós não fizemos, porque estivemos longe do teatro das lutas". E discordamos porque a verdade é que a República era obra intelectual de toda uma geração de filósofos, poetas, jornalistas, tribunos, escritores, pertencentes às classes civil, militar e até eclesiástica, nesta ultima destacando-se o abade Pais Pinto, que tomou parte na revolução de 31 de janeiro de 1890 e foi julgado em conselho de guerra, juntamente com João Chagas, Homem Cristo e outros.

Essa geração vem desde José Elias Garcia, grão-mestre da Maçonaria Portuguesa; nela tomou parte Zorimo Consiglieri Pedrosa e Manoel de Arriaga, os primeiros deputados republicanos eleitos pelo partido e pelo povo; engrossa e se fortalece com Teofilo Braga, Bernardino Machado, Antonio José de Almeida, José Relvas, Afonso Costa, Alexandre Braga, Miguel Bombarda, Guerra Junqueiro, Alfredo Magalhães, Candido das Reis, Cabeçadas, João de Menezes, Antonio Luiz Gomes, etc.

A lista iria longe. Por isso, citamos os principais.

Mas, a República que foi sonho utópico de José Elias Garcia, Consiglieri Pedro e Latino Coelho — torna-se realidade em 5 de outubro de 1910, porque (aqui sim) fê-la o povo roto e humilde de todo o país — como bem disse Afonso Costa. Mas fê-la também o valoroso grupo de deputados republicanos, em numero de dezesete, eleitos no ultimo pleito na Monarquia. Afonso Costa, fazendo parte desses ardorosos representantes do povo, foi o que mais contribuiu para a queda da Monarquia. O escandalo que denunciou, na tribuna da Camara dos Deputados, dos adiantamentos da Casa Real, abalou e fez ruir fragorosamente o velho e carcomido edificio da Monarquia dos Braganças.

E o sonho utópico tornou-se realidade e eclodiu, esplendoroso, naquela madrugada de Outono de 1910. Causas remotas, varias, causa proxima, o assassinato do dr. Miguel Bombarda, deputado republicano,

psiquiatra de venome internacional, diretor do Manicomio de Rilhafoles, presidente da Junta Liberal.

Machado Santos, commissario da Marinha Mercante, jovem ardoroso, alma generosa e despreendida dos regalos da vida, lançou-se na revolta, com meia duzia de populares. Tomaram de assalto o regimento de infantaria 16, aquartelado em Campo de Ourique. Machado Santos assumiu o comando e dirigiu-se a Campolide, onde obteve adesão do regimento de artilharia. Com estes elementos dirigiu-se à Rotunda, no alto da Av. da Liberdade, de onde derrotou a fraca defesa das tropas do Rei. Ao fim de dois dias de luta, verificou-se o triunfo da República e a sua proclamação, na tarde de 5 de outubro, da varanda da Camara Municipal. Leu a proclamação José Relvas. Acto solene. Presentes todos os vultos da Republica: Teofilo, Arriaga, Bernardino, Brancamp Freire, Antonio José, Afonso Costa, Brito Camacho, Franca Borges. O Marechal Hermes da Fonseca de passagem em Lisboa, disse que "o povo desta cidade era o mais republicano do mundo". De facto a historia de Portugal registra acontecimentos que o atestam desde as origens como nacionalidade. Afonso Henrique foi aclamado chefe da nação pelos seus soldados, filhos do povo, a ralé, a canalha; D. Tareja e conde de Trancoso foram vencidos. D. Afonso IV, que descurara dos seus deveres de rei, entregando-se diariamente a divertimentos venatórios, foi procurado um dia por uma comissão de populares para o chamar à ordem. O chefe da missão, um artezão qualquer roucamente falou: "Senhor Rei, V. Mercê não cuida de governar o povo. Diverte-se. Cumpra os seus deveres, senão..."

E o Rei: Um meu vassallo plebeu atreve-se a dizer-me "senão"? — Senão o que? E o vassallo plebeu e rude rudentemente respondeu: — Senão arranjamos outro Rei, que cuide de governar e defender o povo!"

No curso da historia mais tarde uma rainha (D. Leonor Teles), viuva aladã ao amante Conde de Andeiro, governava mal a nação. O povo apoiou o Bastardo de sangue plebeu D. João Mestre de Aviz, invadê o palacio real e aclama o bastardo, como rei, que foi D. João I, fundador da II Dinastia e governou democraticamente, gerando filhos illustres, dentre eles o Infante D. Henrique, o fundador das Escola Nautica de Sagres.

Mais recentemente, em principios do seculo XIX a Corte fuge de Napoleão para o Rio de Janeiro, e no Porto forma-se uma junta de homens illustres, mas filhos do povo, e governam democraticamente Portugal.

Finda a guerra e morto D. João VI, os dois filhos, Pedro e Miguel, disputam o trono. Venceu afinal Pedro, que era liberal e deu ao povo português a Carta Constitucional, democra-

tica. O povo esteve a seu lado nas trincheiras.

Tudo isto testifica os sentimentos democraticos do povo português através de todos os tempos na sua historia.

A revolução de 1910 não é

mais do que a concretização de uma velha aspiração desse povo de heróis, de guerreiros, de navegantes, de sonhadores... E Machado Santos, seu promotor e herói, encarnou a voz do povo português que o acompanhou,

que o seguiu. Foi o braço de Portugal ousado que se ergueu, energético, cheio de ideal e de fé, a mostrar ao mundo que essa nação heroica não morre só porque assim o queiram alguns retrogradados.

O M. N. D. DEFENDE-SE EM TRIBUNAL

(Conclusão da 7.ª pag.)

reclamação expressamente visa a negociações que tenham em conta as legítimas aspirações dos povos de Goa, Damão e Diu — e nunca outras. Ora, em toda a NOTA se frisa que, por virtude de falta de liberdade, existente na Metropole e no Ultramar — se desconhece quais sejam as legítimas aspirações dos povos de Goa, Damão e Diu. Por tudo quanto vem sendo dito, é inteiramente descabido afirmar que o incriminado documento quisesse criar uma opinião publica favorável às pretensões da União Indiana ou dividir os portugueses.

Não tem qualquer consistencia a acusação de que a publicação da NOTA — que nem sequer chegou a fazer-se — pudesse ter "contribuindo eficazmente para que a mesma União persistisse e intensificasse a sua politica de invasão e absorção de todos os nossos territorios"!!! Bem pelo contrario, os arguidos — ao reclamarem a abertura de negociações com a União Indiana, tendo em vista as legítimas aspirações dos Povos de Goa, Damão e Diu, — preconizavam o unico meio susceptível de evitar movimentos de invasão e absorção identicos aos já então verificados em Dadrá e Nagar-Aveli e outros mais graves que se anunciavam. Tanto assim que na NOTA OFICIOSA se afirma numa das suas passagens essenciais e concludentes:

"O valor da negociação como unico meio de evitar a guerra e defender a independencia nacional surge, portanto, como uma realidade". De resto, é de notar que todos os Governos que se pronunciaram acerca da questão da Índia — preconizavam também negociações com a União Indiana como unico meio de resolução do diferendium e de preservar a paz naqueles territorios.

Deve-se acentuar que o Governo — através das palavras do sr. ministro dos Estrangeiros e das suas Notas Oficiosas — sempre apresentou esses votos como sendo favoráveis aos seus pontos de vista e nunca aos da União Indiana. Donde resalta esta contradição tão chocante, como paradoxal — o Governo considera como amigos os governos estrangeiros que sugerem negociações com a União Indiana; enquanto os portugueses, que as preconizam são acusados — como no caso dos autos — de inimigos da segurança externa do Estado e arguidos de um crime a que corresponde a mais elevada pena da nossa escala penal!! Mas, o mais chocante ainda é que o

proprio Governo acabou também por aderir à tese das negociações, conforme se vê dos seguintes dizeres da Nota Oficiosa do Ministerio dos Estrangeiros de 14 de agosto:

"Há por conseguinte possibilidade e conveniencia de abrir negociações. Está o Governo Português disposto a designar delegados para discutirem os problemas que possam e devam ser colocados e examinados".

E tais delegados chegaram mesmo a indicar-se.

Nunca o Movimento Nacional Democratico — nomeadamente na NOTA OFICIOSA — preconizou que se entregassem à União Indiana os territorios de Goa, Damão e Diu. Mas, e mais uma vez de acordo com os seus ideais democraticos propugnava que as negociações fossem realizadas tendo em vista as legítimas aspirações daqueles Povos. E, para conhecimento da natureza dessas aspirações, reclamava que fossem concedidas aos Povos do Ultramar, como ao do Continente, as liberdades fundamentais.

O patriotismo do Movimento Nacional Democratico e dos arguidos que o dirigem está bem patente nas resoluções da IX Assembleia dos Delegados do M.N.D., reunida em junho de 1953, e que a NOTA OFICIOSA transcreve:

"5.º — Condenar com um ultrage ao sentimento de dignidade nacional a ideia de que a implantação de um regime democratico em Portugal resulte de uma ação de governos estrangeiros contra o governo do Estado Novo.

6.º — Combater toda a especie de intervencionismo estrangeiro e de putschismo interno, como formas dissolutas ou não de impedir que seja só o povo português a decidir dos seus destinos.

7.º — Proclamar que a implantação da Democracia em Portugal só poderá ser — e será — o resultado vitorioso da ação dos demokratas portugueses em intima ligação com o povo.

8.º — Lutar firmemente por uma Solução Nacional do Problema politico português".

E é ainda de pôr em relevo que os arguidos não só basearam o seu pedido de negociações nos termos expressamente consignados no art. 4.º da Constituição como ainda apelaram para o Presidente da Republica no sentido de que usasse dos seus poderes constitucionais para formar um Governo Democratico de Unidade Nacional. De resto, a idoneidade moral e politica dos signatarios da NOTA OFICIOSA — demonstrada

através de uma vida de abnegação e sacrificios em prol dos superiores interesses do povo português e de uma fidelidade incorruptível aos seus ideais de Democracia — seria o suficiente para demonstrar que foi a mais esclarecida consciencia, com uma verdade incompatível com quaisquer mistificações e com um autentico e acendrado espirito patriótico que terminaram a sua mensagem à Nação com este apelo:

"Pela Patria e pela Paz".

Os arguidos usaram dos direitos de liberdade de pensamento e de expressão e ainda do direito de reclamação consignados no art.º 8.º da Constituição Política vigente e tentaram efectivá-las através da imprensa sujeita a censura.

Por todo o exposto se vê exuberantemente que os arguidos não praticaram o crime previsto no art. 142 do Cod. Penal, nem em qualquer outra disposição criminal — pois toda a sua conduta foi legal, constitucional e patriótica. De resto, dos autos não resulta, nem podia resultar, o minimo indicio de que, a publicação da NOTA OFICIOSA pudesse ter "contribuindo eficazmente para que a mesma União persistisse e intensificasse a sua politica de invasão e absorção de todos os nossos territorios". E se foi para demonstrar tal enormidade que se juntou, a fls. 189 o n.º I, vol. I, da revista *Goan Age* — é evidente que semelhante argumento é tendencioso e de habilidade capciosa, até porque tal revista foi publicada em 26 de janeiro passado e, portanto, sete meses antes da NOTA OFICIOSA ser entregue aos jornais. Mais ainda: nessa data — 26 de janeiro de 1954 — o Movimento Nacional Democratico e qualquer dos arguidos individualmente — em especial o Professor Ruy Luiz Gomes mencionado naquela Revista — não tinha tomado qualquer atitude ou feito qualquer declaração quanto ao problema da Índia.

Pois, como é sabido, a unica e primeira vez que o fizeram foi através da NOTA OFICIOSA incriminada. Como também dos autos não resultam, nem podiam resultar, quaisquer indícios de que — ainda mesmo quando a publicação da NOTA pudesse ter contribuido para a União Indiana persistir na sua politica de invasão os arguidos agissem com a consciencia ou intenção de produzir tais resultados. Portanto, por mais que se procure, não se encontra no processo a mais tenue prova indiciaria dos elementos objectivos e subjectivos do crime por que são acusados.

(Cont. no prox. n.º)

TRINTA ANOS DE ESTADO NOVO

(Continuação da 2.ª pag.)

Trata-se, como a experiência já demonstrou, de, por meio de exames-burlas, considerar como alfabetizado um numero suficientemente grande de adultos, para que as estatísticas registem uma substancial diminuição da população analfabeta, que continua efetivamente a atingir uma percentagem vergonhosa.

Para a Mocidade Portuguesa reservam-se, no orçamento de 1955, cerca de 18.000 contos, enquanto que às cantinas escolares de todo o ensino primário se atribuem 1.200 contos. O ensino infantil oficial, criado pela Republica foi extinto pelo salazarismo. O ensino liceal e técnico têm sido vítimas de uma sucessão de experiências contraditórias, com criterios que oscilam de extremo a extremo e nas quais as marcas do reacionarismo e do horror à Democracia se revelam a cada passo. O ensino superior tem sido objeto de uma verdadeira sabotagem. Privada dos seus melhores mestres, a Universidade Portuguesa suscitou ao professor Marcelo Caetano, actual ministro da Presidencia, o voto de que, tendo resistido a "um seculo de liberalismo" pudesse resistir a "um quarto de seculo de Corporativismo". De fato, a actual situação politica fez das Universidades, que a Republica criou e ampliou, outorgando-lhes uma organização autonoma e edificante, estabelecimentos extraordinariamente aviltados e ineficientes, devido ao aumento da frequencia escolar não ter sido acompanhado pela amplificação correspondente do equipamento do ensino e dos quadros docentes, seleccionados pelos processos já referidos. Por outro lado, as sucessivas depurações politicas privaram as Universidades do escol dos seus professores. Paradoxalmente este pequeno país, tão pobre em elites científicas, pôde exportar mestres, nas Ciências e nas Letras, para muitos países estrangeiros: Estados Unidos, Brasil, Argentina, França, Suecia. A autonomia universitaria é hoje apenas uma saudosa recordação. A investigação científica, a que a propaganda demagógica do Estado Novo alude frequentemente, continua a ser uma ficção. No orçamento de 1955, o organismo encarregado de dirigir e apoiar a investigação científica (Instituto para a Alta Cultura) dispõe de cerca de 8.000 contos para tal fim, ou seja pouco menos do que 0,11% das despesas totais do Estado.

OS PROBLEMAS SOCIAIS

Os governos da Ditadura mostraram sempre o maior empenho em mistificar as soluções dos problemas sociais mais graves: a miseria, a alimentação, a habitação e a salubridade, a falta de assistência profiláctica e medica, a mortalidade infantil, o alcoolismo, as doenças mentais, a prostituição, o desemprego, as endemias feitas de trabalho nos meios rurais.

A politica economica do Governo caracteriza-se por uma concentração da riqueza nas

mãos de um numero cada vez mais reduzido de plutocratas, atingindo o fenomeno proporções tão graves que o proprio Governo expressivamente o reconhece no relatório da Lei dos Meios. Esta politica de concentração de riqueza é revelada por uma taxa de acumulação e concentração de capitais, a ritmo crescente, como jamais se viu em qualquer outro periodo da nossa Historia; pela destruição dos alicerces economicos da classe média, colocada à mercê dos grandes interesses da banca e da usura, que a conduzem à proletarianização; pela redução da capacidade efetiva de compra do funcionalismo e do povo trabalhador, cujos vencimentos e salarios não acompanham o progressivo agravamento do custo da vida nem a desvalorização da moeda.

Acumularam-se grandes fortunas; mesmo em relação às maiores do mundo. O dominio da banca sobre os grupos industriais e comerciais transformou o setor financeiro na alavanca do comando de toda a maquina economica nacional. Em vez de franquearem o credito às iniciativas economicas que dele necessitam, os financeiros vivem da agiotagem e fazem da ajuda financeira um instrumento de devassa e corrupção, para se associarem ou asfixiarem tais iniciativas. A prosperidade do setor bancario traduz-se nos seguintes numeros: em 1939, os lucros líquidos totais foram de 42.634.000\$00; em 1954, atingiram 212.305.000\$00. Os capitais e fundos de reserva acumulados passaram de 498.027.000\$00 para 1.731.066.000\$00 no mesmo periodo.

Do estudo dos balanços de 102 sociedades anonimas, sem distincção do setor economico onde exercem a sua atividade, verifica-se que a evolução de 1939 a 1954 se produziu do seguinte modo: Capitais de reserva em 1939: 1.613.526.000\$00; em 1954: 6.782.360.000\$00; Lucros líquidos em 1939: 198.030.000\$00; em 1954: 700.817.000\$00; cotação média das ações na Bolsa: um aumento de 415%.

Para a interpretação destes numerosos esforços é tomar em consideração que a lei de fiscalização das sociedades anonimas, promulgada há quinze anos, aguarda regulamentação e aplicação e que, portanto, eles estão longe de corresponder à verdade por falta de fiscalização oficial. Os capitais do Estado e das Caixas de Previdencia não são mobilizáveis pelas pequenas e medias empresas, mas estão colocados ao serviço de empresas e interesses privilegiados.

Não há instituições que facultam o credito às pequenas e medias empresas, a prazo e segundo uma especialização economica e os bancos comerciais facilitam o desconto nos periodos de inflação, mas quando surgem as dificuldades ou quando o Governo resolve fazer uma politica de deflação, asfixiam a vida economica das pequenas empresas.

A orientação do Governo em materia de imposto consiste em sobrecarregar os rendimentos do trabalho do povo e da classe média, e aliviar proporcionalmente os impostos sobre imoveis e aplicação de capitais, como se deprende dos seguintes numeros:

A contribuição predial, tomando como indice base 1936 = 1000, atinge em 1939, 159; a contribuição industrial, grupo C, 1936 = 100, atinge em 1953, 248. Em contraste, o imposto profissional evoluiu de 1938 a 1953 de 100 para 566, quer dizer, um aumento de quase 500% para os do trabalho e apenas 56 e 148% para os rendimentos da propriedade e do capital.

TRAGICA A SITUAÇÃO DO POVO

A situação do povo trabalhador atinge aspectos tragicos, que se patentelam na baixa do salario real (18%); no preço medio miseravel de 21\$90 pelo dia de trabalho, considerados na sua totalidade os operarios que trabalham nas industrias extractivas e transformadoras (Anuario Estatístico de Portugal); na evolução desproporcionada dos salarios nominais e do indice dos preços de retalho (Banco de Portugal, 1955), base 1939 = 100, 1945 = 245. Se admitirmos por excesso que a subida dos salarios nominais foi de 100%, temos um "deficit" de 50% em relação a 1939.

Vejam agora o quadro sinistoso do que é a alimentação do povo trabalhador rural e operario, através dos elementos fornecidos por uma publicação oficial do I. N. E.: "A Alimentação do Povo Português". Num estudo a que estão ligados dois dirigentes da situação, Eng. Ferreira Dias, actual vice-presi-

dente da Camara Corporativa, e Daniel Vieira Barbosa, antigo Ministro da Economia, lê-se que o salario medio de antes da guerra, em Portugal, era de 14\$00 e o custo duma ementa-tipo para uma familia de pai, mãe e dois filhos, seria de 17\$00. Logo, para que um operario comesse em condições normais, equiparadas às da alimentação dos trabalhadores de outros países civilizados, comeria a totalidade do salario e ainda teria um "deficit" de 41,5%.

Num estudo inserido no mesmo volume do Eng. Daniel Barbosa, feito em 1949, em que se actualizam os numeros acima, verifica-se que a situação alimentar se agravou depois da guerra, pois o preço de custo de 1000 calorias que era de 1\$43, em 1938, subiu para 3\$48 em 1948. Logo um aumento de 143%.

O trabalho indigena das Colonias Portuguesas, a que na propria Assembleia Nacional o então deputado Henrique Galvão deu o nome de trabalho escravo, num relatório americano recente, do United States Department of Commerce, é avaliado do seguinte modo: "Mesmo nas areas urbanas, a bitola dos salarios para o trabalho nativo é tão baixa, 15 cents (4\$50) por dia, em Angola, que o poder de compra do indigena é desprezível".

A receita dos organismos corporativos, que são outra forma de imposto indirecto, e que em ultima análise incidem sobre a produção e o consumo, foram em 1953, para os Organismos de Coordenação Economica, de 953.458.446\$00, e totalizaram para os organismos corporativos: 4.852.848.007\$00.

O investimento de capitais estrangeiros nas nossas colonias,

como em grande parte de certas actividades economicas nacionais, está sendo facilitado pela corrupção do alto funcionalismo, a ponto do relatório já referido do departamento do Comercio americano afirmar: "Amplio arbitrio na aplicação dos requisitos legais está na mão dos funcionarios responsáveis da administração, em Lisboa, e previdentes capitalistas estrangeiros descobrem negociações directas com funcionarios superiores do Governo, no que diz respeito a um meio eficaz de vencer os obstaculos legais".

AS OBRAS DE FACHADA

Em materia de obras publicas é característica a tendencia demagógica para as realizações de fachada, para as obras sumptuarias ou de ostentação, que não se enquadram num plano cuidadosamente estabelecido e organizado, a cujo utilidade publica e rendimento se pretende. Obras existem que, custeadas pelas verbas orçamentais, são novamente pagas pelo povo, mediante exageradas taxas de utilização (por exemplo a Ponte de Vila Franca de Xira), outras que também foram pagas pela Nação e são feitas em beneficio de interesses privados (por exemplo a Barragem de Belver, a fornecer a baixo preço a sua produção de energia electrica à U. P. A. — C. U. F.). O que se realizou nestes trinta anos de vertiginoso desenvolvimento tecnico e economico em todo o mundo, e durante os quais o país registrou progressos apesar do Estado Novo, nada é comparado com as obras de reconstrução e de reequipamento feitas em tantos Países da Europa do após-guerra, países que

(Continua na 12.ª pag.)

EXPRESSO "RING"

Transporte ultra rapido de encomendas, bagagens, etc.

Domicilio a Domicilio

SÃO PAULO:

R Joaquim Carlos, 1175. Fones: Escr., 9-9988 - Exped., 9-7444

RIO DE JANEIRO:

R. Barão de S. Felix, 94 - L/4 — Telefone: 43-7751

TRINTA ANOS DE ESTADO NOVO

(Continuação da 11.ª pag.)
sofreram as devastações de duas guerras a que Portugal geograficamente ficou incólume. A política de melhoramentos materiais que tão largo lugar ocupa na propaganda do Estado Novo, apesar do Governo dispor livremente dos recursos nacionais, não tem obedecido a um plano consequente de fomento nacional. Tudo tem sido feito ao sabor do acaso e da improvisação, e muitas vezes ao serviço de inconfessáveis interesses particulares. A incuria e imprevidência, em relação às realizações dos outros países, tem a sua mais clara expressão no programa de barragens que realizamos com mais de 30 anos de atraso.

UM REMEDIO: A PROPAGANDA

Para sofismar todos os males do regime, exagerar ao máximo as suas realizações, enganar os ingenuos, iludir o estrangeiro, gritando aos quatro ventos as altas qualidades messiánicas do ditador e as virtudes da sua obra, existe o dispendioso Secretariado da Propaganda (SNI), sob a dependência directa da Presidência do Conselho. Esta instituição dispõe de verbas secretas, principalmente destinadas a promover a propaganda do fascismo português na imprensa estrangeira e aos prémios literários do SNI, frequentemente não atribuídos por falta de qualidade das obras que concorrem devido a circunstância reconhecida da grande maioria dos escritores serem adversários do regime, o que leva o Governo a não consentir o funcionamento do P. E. N. Clube e da Associação dos Escritores. O facto de não existirem em Portugal, periódicos literários e científicos, o facto de em 1955 não ter sido produzido um unico filme português, o facto de não funcionar na capital um unico teatro sem ser subsidiado; mostra o que é o que vale a "política do espirito" de que o ditador se orgulha. Realmente ele promoveu na vida cultural portuguesa um longo e tragico eclipse.

POLITICA EXTERNA

A politica externa do salazarismo não podia deixar de ser o reflexo da sua politica interna. Jogou a carta do fascismo, jogou a carta da guerra, na NATO é o advogado officioso da Espanha franquista e entrou nas Nações Unidas por uma votação de compromisso, sem

abandonar os seus sentimentos hostis a quanto seja trabalho de cooperação internacional.

As simpatias pro-fascistas e pro-nazistas dos dirigentes do regime nunca foram segredo para ninguém. É bem conhecida a cordialidade de relações de Salazar com Mussolini e Hitler, apesar das suas tentativas posteriores de as fazer esquecer. Por varias vezes exprimiu publicamente a sua admiração por Mussolini e fotografou-se com o retrato do ditador italiano sobre a sua mesa de trabalho. Por ocasião da morte de Hitler ordenou luto oficial.

Durante a primeira Grande Guerra (1914-1918) Portugal, nação democrática, foi um aliado incondicional das Democracias. Mas, no começo da segunda, que se podia esperar de uma ditadura totalitária, discipula dos fascismos italiano e alemão, aliada do regime de Franco, e cuja segurança só tinha a perder com a derrota do Eixo? Os seus dirigentes eram proximos parentes dos reaccionarios germanofilos que, de 1914 a 1918, se opuseram constantemente à participação de Portugal na defesa da Democracia, ao lado da Inglaterra. Em setembro de 1939, contavam já no seu activo treze anos de estreita colaboração internacional contra a Liberdade. Desde o começo da Ditadura tinham perseguido os partidários mais iminentes da intervenção de Portugal na primeira Grande Guerra. Tinham fraternizado com o governo ditatorial e germanofilo de Primo de Rivera. Tinham-se congratulado com o advento do III Reich. A sua admiração pelo fascismo italiano não tinha sido sequer perturbada pela agressão à Abissínia, cuja conquista foi celebrada num banquete publico durante o regime das sanções impostas pela S. D. N. à Italia, o Governo Português prestou-lhe uma substancial ajuda economica, nomeadamente pela venda de trigo a metade do preço do mercado internacional). Tinham-se oposto à entrada da URSS na SDN. Na vespera da ofensiva dos nazis contra a Republica tcheco-Eslovaca cortaram as relações diplomaticas com o Governo de Praga. E, sobretudo, participaram no ataque de Mussolini e Hitler contra a Republica espanhola.

SALAZAR E FRANCO

Entre os actos de colaboração

com o fascismo, nenhum causou tão viva indignação em Portugal como a cumplicidade do Governo de Salazar na agressão à Republica Espanhola. Uma boa parte da conspiração foi tramada em Portugal, onde viviam na intimidade das altas personalidades do regime, alguns dos principais conjurados, entre os quais o general Sanjurjo, chefe da insurreição, que morreu em Cascais num desastre de aviação, quando partia do Estoril para Espanha, a tomar o comando da revolta. Através do territorio português se fazia a ligação entre os exercitos rebeldes do Sul e do Norte da Espanha, na primeira fase da revolta militar; o Governo abasteceu em armas, munições e alimentos os insurretos; organizou um corpo expedicionario, chamado "Os Viriatos", enquadrados por officiais do activo do Exército Português, que se bateram ao lado de Franco; ajudou-o financeiramente; e foi o Governo de Salazar o primeiro governo europeu a cortar relações diplomaticas com o governo legitimo de Espanha. No Comité de Não-Intervenção, em Londres, o delegado português esteve sempre em harmonia activa com os delegados da Alemanha e da Italia. Durante toda a guerra civil, e mesmo depois, a Policia Política de Salazar e a Policia de Franco colaboraram activamente na espionagem e na repressão. Muitos antifascistas portugueses foram massacrados em Espanha; a Policia portuguesa entregou à policia espanhola numerosos refugiados politicos espanhols que eram imediatamente fuzilados e foi até ao ponto de lhe entregar tambem democratas portugueses.

Depois da vitoria de Franco, na maré alta de Hitler e Mussolini, quando já não precisava de dissimular a sua cumplicidade, Salazar foi varias vezes bem claro a respeito da sua intervenção: "Em todos os domínios onde era livre a nossa acção ajudamos no que pudemos o nacionalismo espanhol"; "dependemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhamos sofrimentos. Vencemos: diz tudo" (23-5-1939); "Como ministro dos Estrangeiros, ao dirigir, ao viver a nossa campanha diplomatica desta verdadeira guerra peninsular, achei-me mais uma vez a praticar diligencias, a tomar atitudes que vos interessavam antes mesmo de me serem solicitadas". (12-4-1940). E tudo

isto apesar de ter contra si a consciencia do seu proprio povo, apesar de infringir a lei internacional e os compromissos tomados, apesar de Franco reencarnar o velho imperialismo castelhano, que só à custa de Portugal poderia expandir-se, apesar de favorecer as maquinacões nazi-fascistas preparatorias da guerra mundial que se avizinhava.

O ESTADO NOVO PRO-NAZISTA

Durante a segunda Grande Guerra, Salazar completamente indifferente aos sentimentos alladofilos do povo português, impediu-o de os exprimir e de se determinar livremente. Mostrou-se surdo às diligencias dos exilados politicos que, em face do perigo exterior, preconizavam patrioticamente a unificação das energias nacionais, mantendo o País dividido. Fraternizou abertamente com o regime Petain-Laval. Não acreditando na vitoria da Inglaterra — o que publicamente confessou — abasteceu abundantemente a Alemanha em materias-primas essenciais à guerra. Enquanto a fronteira com a Espanha se mantinha desguarnecida, concentravam-se tropas nos Açores, com objetivos que nunca foram devidamente esclarecidos. Durante esses anos decisivos, a sorte e a honra de Portugal estiveram à mercê da diplomacia secreta.

Quando a Alemanha atacou a Russia, o entusiasmo da clientela ditatorial subiu ao rubro. A "Legião Portuguesa", a milicia fascista do regime, pela boca do seu chefe, o ex-ministro da Presidencia, Lumbrales, publicou uma declaração em que se lia: "A grandeza das forças que neste momento combatem o comunismo russo, não têm necessidade da nossa colaboração no campo de batalha, mas devemos considerar-nos mobilizados e prontos para o combate, logo que seja necessario neste extremo occidental da Europa". E Salazar, em 6-6-1942, referia-se "A incontestavel perturbação dos espiritos causada pela aliança anglo-russa". Uma missão militar portuguesa esteve na frente Leste, a convite da "Wehrmacht".

Salazar só se decidiu a fazer concessões substanciais à Inglaterra, aliada de Portugal, depois da mudança da situação militar em favor das Nações Unidas, mas sem mudar a sua attitude relutante em relação à Democracia. Em 25 de janeiro de 1942, declarou: "Se há facto demonstrado pela experiencia, é que a democracia e o liberalismo se esgotaram no ultimo seculo", o que não impediu, em 7 de outubro de 1945, depois da rendição de Hitler, vir proclamar que "é por demais evidente que a bandeira da vitoria foi desfraldada e ficou drapando ao vento da democracia".

O ESCANDALO DE TIMOR

Em relação aos japoneses, a attitude de Salazar não foi mais digna. Em outubro de 1941, cedia ao Japão, sem o comunicar ao País, que o soube pela radio estrangeira, bases aereas "co-

merciais" em Timor. A proposta inglesa de estudo em comum da defesa dessa ilha, Salazar não se apressa a dar uma resposta positiva, e, quando as tropas australianas e holandesas ocupam a parte portuguesa de Timor, que Salazar mantinha sem guarnição adequada, e que era urgente preparar contra a invasão iminente dos japoneses, mostra-se indignado, convoca teatralmente a sua Assembleia pseudo-nacional; e, para gaudio do Eixo, finge-se ofendido pela ajuda que acaba de ser prestada ao seu país. Mais, quando em fevereiro de 1942, os japoneses atacam o Timor português, Salazar parece já ter esgotado o melhor da sua capacidade de indignação, e sublinha mesmo os "termos corretos" do comunicado de fofolo. A resistencia contra os japoneses que praticam em Timor as suas habituais atrocidades, é dirigida pelos antifascistas que a Ditadura conserva, deportados, muitos deles sem processo sequer, nessas paragens longinquoas. Quanto a Salazar, chegou ao final da guerra sem ter cortado as relações diplomaticas com o Japão.

O APOS-GUERRA

Terminada a guerra, e depois de vencidas as crises politicas internas, o Salazarismo procurou adaptar-se às novas condições internacionais, empenhando-se num esforço de rearmamento, desproporcionado para as possibilidades do país, e que visa principalmente à constituição de um enorme potencial repressivo. Aos grandes encargos que a Nação sempre suportou com a manutenção das forças militares — Exército, Marinha, Aviação, Guarda Republicana, Policia — vieram somar-se despesas que atingem milhões de contos — armamento, aquartelamentos, bases terrestres e navais, campos de aviação, campo de instrução de Santa Margarida, constantes representações nos organismos internacionais.

Eis, num quadro rapido e necessariamente incompletissimo, o panorama da vida nacional, dos longos sacrificios do Povo Português. Com efeito, teremos de convir, que este "período que já não passará despercebido na Historia Portuguesa" (Discurso de 19-1-1956) é um "eclipse" demasiado longo e tragico para se considerar "passageiro". Progressos materiais por ventura tardios, arbitrarios, caros e insufficientes não justificam esta longa noite de 30 anos. Podemos afirmar que, em comparação com os outros países do mundo em igualdade de recursos, não nos elevamos moral nem materialmente, não progredimos nem nos nobilitamos. A demagogia e insultuosa propaganda do partido unico pode atribuir ao genio do seu chefe cada ponte que o povo paga, cada tonelada de cortiça ou cada caixa de conservas que se exporta, cada predio que se edifica, cada automovel que corre nas estradas, cada milhão de contos que se acumula nos bancos, e, até, as obras dos

(Continua na 13.ª pag.)

Empresa Grafica CARIOCA S/A.

Confecção de livros — Impressos comerciais — Douração — Encadernação — Arte grafica em geral

ORGANIZAÇÃO MODERNA A SERVIÇO DO COMERCIO, DA INDUSTRIA E DA CULTURA

Rua Brigadeiro Galvão, 225-235

Fone: 52-3319 — S. PAULO

OPINIÕES INSUSPEITAS

(Conclusão da última pag.)
tico os acontecimentos que se processaram nestes cinco lustres.

Guarda só para ti a minha opinião, não vá ela influir no teu espírito irrequieto e dar-te mais amargor de boca. Anda por aí uma polícia a ver argueiros no vizinho, basta como praga de gafanhotos bíblicos no Egito.

— Desde que cheguei tenho sido distinguido com uma ordenação permanente. Até no hotel lhe puzeram uma mesinha perto de mim.

— Pois é isso mesmo, fora o resto que nem vale a pena detalhar... Mas como te ia dizendo, os meus achaques de macrobio não me roubaram a lucidez de espírito, nem esta fé em Jesus Cristo e Nossa Senhora que sempre me amparou. E assim é que o amor que conservo a Portugal e a todo o povo, fazem que deite os olhos para um futuro onde com certeza não serei presente. Não assim os meus filhos, netos, parentes e amigos e essa gente humilde que acredita em milagres.

— Milagres!?

— Milagres, sim, senhor. Eu, como católico, sempre acreditei neles. Não vês que Nossa Senhora de Fátima nos fez o grande milagre de nos livrar de entrarmos na última guerra? Que tem curado muita gente? Que dá esperança e consolo a tantos desgraçados? Que apesar de tantas incertezas e ameaças não perdemos, como aconteceu a outras nações, o património herdado de nossos maiores? Ah! mas um milagre Ela não fará o milagre que esperam e, pelos modos, têm como certo, as que endeusam Salazar, os dirigentes da União, os comandantes da Legião, os ministros, a tropa, a oligarquia do Alto Negocio, a Polícia.

Sim: nem Deus todo poderoso, nem a Santíssima Virgem que apareceu nos portugueses em Fátima, farão o milagre de prolongar a vida de Salazar mais tempo que aquele que a lei natural concede a todos os mortais. Há-de morrer, mais tarde, ou mais cedo, como tu e como eu.

E porque Salazar não tem sucessor, nem cuida de o indicar, ou melhor, nem que o indique, ninguém o aceitará como tal, então voltaremos à desordem, às horas trágicas que sucederam a morte de Sidónio, piores ainda porque o cansaço e o desgaste de tantos anos de poder absoluto criaram odios, agravaram problemas, multiplicaram dificuldades, de ordem social, económica, política, internacional.

Tudo quanto a censura hoje oculta e a polícia abafa, virá à tona como um vulcão arrasador.

Vai ser terrível a liquidação final disto tudo.

No meu regresso ao Brasil e com esta convicção de que Portugal não é apenas aquele jardim encantador onde a dinastia dos ricos se recreia

e goza à custa impiedosa do suor dos humildes, mas que esses humildes — povo trabalhador da província, operário espoliado dos centros fabris — são elemento primordial da nacionalidade, tenho-me lembrado muitas vezes de quanto me disse o saudoso dr. Pinto de Mesquita.

O fim vem aí, o fim de Salazar, mais ano menos ano.

A herança já se percebe qual será, não só pelas imparciais impressões que me transmitiu aquele monarquico liberal e sincero católico, mas também pelas próprias palavras dos proceres da União Nacional, o partido que Salazar engendrou para salvar a nação.

Transcrevo do Vol. da III Secção das comunicações ao Quarto Congresso da União Nacional: "Tanto sob o ponto-de-vista económico como social, os trabalhadores rurais continuam a constituir a mais desprotegida das classes" (pag. 232).

"Com o decorrer dos tempos, verifica-se a decadência do trabalhador rural, caminhando-se para o depauperamento da raça e para o aviltamento dos costumes. O trabalhador da nossa província, economicamente fraco para se governar com aquilo que percebe do seu salário, priva-se de tudo. Não é possível a um trabalhador ir mais além da alimentação, percebendo um salário baixo; em media do ano, só para retemperar as forças físicas, postas à prova diariamente no exercício de misteres violentos, quase o gasta, na totalidade, nos alimentos (pag. 329)".

"Dum modo geral, as condições de habitação das nossas gentes rurais oferecem um aspecto desolador em relação à dignidade da vida de família". "No Sado, essa habitação é constituída por cabanas, em condições mais primitivas ainda que as palhotas dos negros africanos".

"Os currais de Lisboa, o Barrêdo e as "ilhas" do Porto, bem como os galinheiros de Setubal, estendem-se pela Ruralidade e são tanto mais frequentes e mais sordidos quanto mais ricos, poderosos e usurários são os donos das terras (pag. 191-2)".

Agora do Vol. da Segunda Secção: "Adivinha-se, latente, um estado de certo alarma político, económico e social entre portugueses, e, para apaziguamento que vem a reclamar-se, há necessariamente que opor mais alguma coisa do que meros e engenhosos exercícios de palavras, teorias, frivolidades. Não dá gloria sustentar erros, desvios e confusões de doutrina em oposição à logica e evidencia das coisas. Pretendê-lo é querer assumir riscos graves, não só comprometedores das pessoas como do proprio interesse nacional — que é o interesse de todos e não só de alguns".

"A maioria da Nação mal sente o Corporativismo. Pior

do que isso: não o compreende sequer.

E' que aquilo que se verifica, na verdade, não é a adesão espontanea aos princípios e excelencias (1) do Corporativismo. O que se verifica, sim, é um estado coletivo de prevenção e reserva contra o sistema (pgs. 122 a 124)".

Tenho de limitar a um minimo a transcrição das elegantes conclusões do Congresso da União Nacional no 30.º ano do reinado absoluto do todo poderoso dr. Oliveira Salazar.

Mas como comeci pela opinião dum monarquico catolico e depois transcrevi pequeno resumo do muito e muito bom e muito verdadeiro, que se falou na reunião magna da confraria salazarista, ainda vou roubar aos meus correigionarios democratas alguns minutos para saberem outra autorizada opinião, que é a do sr. Bispo de Beja, insuspeita, sem duvida, aos meus patriotas de todos os continentes e que aquele alto dignitario da Igreja Catolica, Apostolica, Romana, expôs numa pastoral recente:

"As condições económicas do, antes se agravam imdo, antes de se agravar impiedosamente de ano para ano, e o estendal da sua miseria é cada vez mais lamentavel. Não posso calar por mais tempo a denuncia das circunstancias do nosso Baixo Alentejo — não tenho senão que confinar-me aos limites da minha Diocese — que tornam amargurante, definhadora e horriavelmente descaridosa a vida das classes proletarias rurais, circunstancias que as lançam numa parte sensível do ano nos braços da fome.

Há crianças que definham a olhos vistos? Há!

Há invalidos que caem sem o amparo dum pedaço de pão que lhes sustente as ultimas forças? Há!

Há os sem-trabalho que, cercados de filhos, não encontram no seu lar senão o espectro da carencia? Há!

Não surgem agora, perante uma crise inesperada, estes vencidos da vida, não é pela primeira vez que no ano presente crianças invalidas e sem-trabalho caem inanimadas e esgotam as forças à mingua de alimentos: passam já anos sobre anos, crises sobre crises, e gerações sobre gerações definhadas; e, enquanto todos vivemos na expectativa de melhores dias e à espera de medidas publicas que remediam tão apavorantes condições, os males crescem, o definhamento alastra, e a miseria faz aumentar o cortejo das suas victimas".

Aí está, sem os pormenores tragicos da Polícia politica, uma pequena tela do panorama português que os olhares saudosos e apressados dos nossos patriotas não têm maré para fixar quando visitam Portugal com algum cobrinho no bolso. Não fui eu que os pintei, limitando-me apenas

a ordená-los, esses tristes planos e suas cores sombrias, para um artigo de jornal. Pode cada um concluir destas opiniões insuspeitas, o que lhe der na gana, que eu não fico desanimado.

Mas áqueles que, sem egoismo e sem fanatismo totalitario, cruel e interesseiro, ainda mantém a esperança no futuro da grei e defendem um nobre sentimento de amor à Patria, querendo assim honrar as fidalgas e nobres tradições de liberdade herdadas de nossos maiores, afirmo, como afirmei em 5 de outu-

bro de 1910: Só a Republica e a Democracia Social autentica podem garantir a independencia da nacionalidade e os direitos sagrados do povo português.

O governo absoluto, que desde há trinta anos tiraniza Portugal com uma censura feroz e uma policia nos moldes da Gestapo, só agravou os problemas e dificuldades do País e apenas conseguiu que os pobres ficassem mais pobres, e os ricos ainda mais ricos do que eram dantes.

São Paulo, 5 de outubro de 1956.

Portugal na Imprensa Brasileira

(Conclusão da última pag.)

para os seus associados uma serie de conferencias culturais. Roberto Nobre ainda chegou a pronunciar uma conferencia sobre o cinema português, mas no dia seguinte as conferencias acabavam por ordem da PIDE. O escritor Cardoso Pires publicou *Os caminheiros e outros contos*. A censura lavrou o despacho: "Proibido". Cardoso Pires insistiu com novo livro — *Histórias de Amor* — e a censura insistiu no mesmo despacho... O autor teatral Luis Francisco Rebelo conseguira interessar uma companhia por uma peça sua, *O Dia Seguinte*. Depois dos ensaios completos e em vespuras de estreia, a censura ordenou: "fora".

Assim decorre a vida literaria e artistica em Portugal.

Já em 1946, o grande escritor Ferreira de Castro, dizia, ao analisar o problema da censura:

"O governante instala-se e decreta o grande silencio. A principio há reações, inevitaveis reações, mas ele vai mandando prender, vai mandando deportar ou fuzillar os que reagem. Os adversarios mais audazes, mais irrequietos, vão, assim, desaparecendo; em seu lugar surge uma voz criada e estimulada pelo proprio governante e seus adeptos e que cobre de aplausos o grande silencio do país. Decorrem os anos e como cada vez é maior o numero dos que, por interesse, lisonjefam, e menor o numero dos que, por medo às perseguições exercidas, se calam, o governante acaba por convencer-se de que o país está com ele, de que o país se habituou à sua presença, de que a mentalidade coletiva se transformou em seu favor... E como ninguém se pde referir a ele e à sua atividade senão para elogiar, não cufsa admitir que ele se convença tambem — e sinceramente, porque isto faz parte da natureza humana — que realizou uma grande obra, que é amado, que é uma personagem indispensavel no curso da Historia. E se, apesar de tudo, uma voz discordante se levanta ainda, o governante toma-a pela voz dum despeitado, dum esporadico sobrevivente dum passado morto, manda sufocar a voz — e segue avante".

Analisando a situação dos escritores portugueses, sob a censura do Governo de Salazar, Ferreira de Castro assinalava: "Nós possuímos, agora, uma

brilhantissima pleiade de escritores, que poderiam enriquecer, com as suas obras, o presente e o futuro da coletividade portuguesa. Mas esses escritores não podem realizar-se integramente; e para serem publicados eles têm de mascarar o seu pensamento, muitas vezes têm de anulá-lo completamente, falsificando sua propria obra. Com uma longa experiencia pessoal, eu já vos falei o ano passado deste drama, e, por isso, não vou repetir aqui o já dito. Basta apenas que vos declare que tenho eu sofrido todas as privações, incluindo dias e dias de fome, para conquistar um lugar nas letras, modestissimo que fosse, e no dia em que o obtive não pude realizar a obra que eu tinha sonhado, porque encontrei a censura a impedir a livre expressão do meu espirito. E, agora, que vos fiz esta confissão, poderéis compreender melhor o desespero de que vos falei acima, que é, afinal, o desespero de todos os escritores progressivos de Portugal, ou seja da quase totalidade dos escritores portugueses".

Decorridos já oito anos sobre a publicação deste magnifico documento de Ferreira de Castro, considerado hoje como o melhor romancista da Europa Ocidental, a sua atualidade surge mais forte, como uma lição de luta para o povo português, para os homens livres de todo o mundo.



30 ANOS DE ESTADO NOVO

(Conclusão da 12.ª pag.)

nossos artistas, escritores e homens de ciencia amordaçados, perseguidos e vexados pelo Regime. Mas o Povo não se deixa iludir. O balanço destes 30 anos de tirania apresenta-nos um quadro negro e desolador. Com o ditador concordamos, quando disse, no seu discurso de 19 de janeiro, que este periodo sem liberdade "marca uma zona escura do pensamento e da cultura portuguesa". Um eclipse longo, mas de que evidentemente, a Nação Portuguesa se sabrá libertar.

(Este documento foi divulgado clandestinamente em Portugal pelo Movimento da Resistência Republicana)

RELATORIO SECRETO DO PROF. MARCELO CAETANO

(Continuação da 15.ª pag.)

se na gana, excepção feita ao Sr. Presidente do Conselho e talvez ao Presidente da Republica. Estavamos à sua mercê. E' preciso confessá-lo, embora nos doa: vivemos horas de autentico terror. Ele é que dispunha das nossas vidas dos lugares de administração das companhias e dos bancos, das empresas electricas, dos caminhos de ferro, da navegação dos negocios coloniais de todo o lugar onde um homem de bem pode ganhar a vida. Caí-lhe no desagrado era perder o pão dos filhos. Aniquilava-nos. Por muito que nos custe, temos de o confessar: fomos submissos. O Comandante Tenreiro, aqui presente pode testemunhá-lo. Por medo, todos os dias ia à lota escolher o peixe mais fresco para mandar em grandes alcofas ao modesto homem. Comandante Tenreiro, como eu o lamento! (assistencia volta-se para o comandante. Está de charlateiras e espadim à conta. Tem ar compungido, anda de nojo, morreu-lhe o socio e conchudado, o grande almirante Ortins. Da embaixada em Londres demittiu veneráveis mestres meus, os Professores Armindo Monteiro e Ruy Ulrich. Ambos reabilitados por nós, um depois de morto, o outro, na sua grande infelicidade, há oito meses a dormir apesar das diligencias e da devoção de sua estremosa esposa, que por mais burlho que faça não o acorda. E assim viviamos. Não protestavamos, obedeciamos por terror, aceitavamos a tremer as suas decisões. E para nos fazer ferro, dava os lugares da Sacor a ineptos e sabios, como o meu predecessor Lumbrals. Era baixo, era vil! (Aplaudos e vivas!)

Bem o sabeis, não sou homem para temer revisões de ideias, o reconhecimento dos erros, as vantagens da auto-critica. Fui monarquico, mas no congresso de Coimbra declarei solenemente que me satisfaziam as características e a doutrina do Estado Novo, e estava contente com os lugares publicos e privados que desfrutava. Não sou homem de aventuras. Sei o meu direito administrativo e prezo-me de ser militante entusiasta do Estado Corporativo. Quero os sindicatos e quero os grémios, sobretudo os grémios. Aceito o regime, mas se razões superiores o impozerem, não hesitarei, voltaremos à Monarquia. Só os interesses da Pátria contam. Mas uma monarquia sem Duarte Nuno, sem nada que

cheire o Lumbrals, a Carlos Moreira ou a Santos Costa. Se preciso for, fundaremos uma nova dinastia, a dos Lopes. De Presidente da Republica a Rei é, no fundo e bem vistas as coisas, continuar a ser chefe de Estado. Não digo que não sejamos forçados a ter ainda um Soberano, uma nova aristocracia, uma corte. Então dos Professores Caieiro da Mata, Antonio Luis Gomes Filho e de homens de igual quilate, faremos duques; haverá marqueses e condes conforme a categoria. O capitão Teófilo Duarte será o nosso condestável e para darmos provas de magnanimidade, concederemos o titulo de visconde ao dr. Pinto Barriga, mas só por uma vida. Eu manterei as minhas atribuições de chanceler. Pela salvação da Pátria tudo faremos (prolongados vivas).

E' este o momento duma comunicação da maior relevancia. Está entre a correspondencia um extenso telegrama do dr. Julio Dantas, hoje a mais lidima glória nacional, impedido de comparecer por doença que, louvamos a Deus, sabemos ser ligeira. Dá a sua plena e bem justificada adesão ao nosso grande movimento de recuperação nacional e mais uma vez a sua atitude de coerente sacrificios com as exigencias da Pátria é um sinal inequivoco de que estamos no caminho certo... enquanto estas não impuserem outro!

Julio Dantas! honra e glória nacional, a quem a Providencia conserva a preciosa existencia para exemplo às novas gerações da firmeza de caracter e convicções com que se deve servir a Pátria por cima das efemerias contingencias da politica e até dos regimens (grandes aplausos).

Assim, serviu a Monarquia dando especial destaque à figura da excelsa Rainha que foi a Senhora D. Amélia. Serviu a seguir a Republica no convencimento de que os dr. Afonso Costa e Antonio José de Almeida eram autenticos expoentes da nação, sabendo sempre manter entre ambos uma linha de inquebrantavel imparcialidade até poder depois servir sincera e devotadamente o dr. Sidónio Pais, em quem, com sábia previsão, vislumbrou o São João Batista do novo regime. E foi com redobrada sinceridade que serviu o regime do dr. Oliveira Salazar em quem reconheceu o Messias verdadeiro, enquanto o "personalismo" o não transviou.

Hoje, em palavras severas ain-

da que diplomaticamente passadas de magoa lamentando as falhas e o desviacionismo dum ex-Grande Estadista, asseguramos a sua indefectivel lealdade e a sua inestimável colaboração (A Assembléa emocionada e em delirio junta nas suas ovações as duas figuras máximas do Império Corporativo: Dantas-Caetano; Caetano-Dantas!)

Homens da nossa mentalidade e do nosso passado não temem confessar erros e fraquezas, não temem reter ideias e mas de conduta. Ao subirmos a este cargo de chefia não nos movem rancores nem despoitos. Tivemos de fazer justiça, tivemos de ser duros, e nesta hora de auto-critica, procuramos esclarecer os problemas que vivamente interessam ao progresso e à manutenção da ordem, à dignidade do poder e à segurança do Estado Corporativo. Se nos dias sombrios obedecemos calados, foi porque pacientemente esperavamos a nossa hora. Ela chegou. Sem esquecer o que devemos a Salazar, hoje que lhe apontar as fraquezas, condenar os crimes repudiar o culto excessivo da personalidade. Não o negamos, tivemos de ser duros no ajuste de contas. Correu sangue, mas sangue de traidores. São estas as obrigações do poder. Nunca, porem, nos moveram instintos de mesquinha vingança. Como Salazar morreu sem deixar mulher nem filhos, por decreto datado de dois dias após o seu passamento, estabelecemos a senhora D. Maria, sua fiel governante, uma pensão com que poderá decentemente acabar seus dias, deixamos-lhe o automovel e continuará a receber algum peixe da lota, incluído o cachucho-para o gato Ficou, no entanto proibida de meter empenhos, de arranjar colocações de amanuense. Os tempos são outros.

Muitas revisões de processos tem sido feitas, principalmente dos mortos, os nossos queridos e inocentes mortos (O deputado Bustorff chora). Temos de condenar e extirpar o culto do individuo, mudar as normas do nosso Partido, seguir de maneira sistemática o trabalho agora iniciado de verdadeiro ressurgimento nacional, com mais ideias e menos folclore, menos bois de Barcelos e lenços de Alcobaca, mais acção e, sobretudo, menos retratos do chefe. Vai sair uma lista de nomes para dar às ruas, praças, chafarizes etc. Os lugares nas secretarias do Estado, nos Conselhos de Administra-

ção, serão distribuidos com outro critério e outra justiça mais de acordo com as necessidades de cada um e as suas effectivas qualidades, tendo sempre em vista o principio fundamental da direcção, não direi colectiva essa palavra causa-me horror mas corporativa. Sindicatos e Grémios ao alto! (aplaudidos) Estamos na convicção de que fortalecida assim a União Nacional e o seu legitimo Governo, novas vitorias nos esperam na obra de salvação publica em que nos empenhamos. Viva a União Nacional! (prolongados aplausos) Viva o partido unico e actuante (muitos vivas). Vivam os novos rumos do Estado Novissimo! (tumultuosos aplausos que aca-

bam numa ovação estrondosa. Todos os congressistas se levantam. Mas o orador estende os braços, pede silencio, quer dizer ainda algumas palavras): Que ninguém falte, hoje às oito horas perfixas, para o grande jantar de confraternização, presidido por Sua Excelência o Presidente Albino dos Reis no Palácio da Ajuda. Que ninguém falte! (Os congressista deliram: Caetano! Caetano! Caetano!) Graças ao nosso comandante Tenreiro, teremos caldeirada à fragateira! (Os gritos de delirio e as ovações são indescrevíveis).

Edição S. N. I.

NIHIL OBSTAT

a) Eduardo Brasão.

SAUDAÇÃO À REPUBLICA

(Conclusão da 1.ª pag.)
ternais saudações, o meu respeito e gratidão.

Aos moços, aos que acorrem com o fervor da sua juventude e uma nova consciencia das realidades do Mundo a reavivar a chama da fé e reacender a luta comum, as nossas jubilosas boas-vindas ao campo de batalha, onde se podem perder os lucros das acomodações cobardes, mas se ganha a tranquillidade da consciencia, na certeza dum nobre dever cumprido. Trazeis convosco uma força irresistivel — o impeto renovador da mocidade; mas a tarefa que vos espera é imensa.

Se tancarmos os olhos para o passado, hemos de confessar que a Democracia, saída do 5 de outubro, lembra uma bela estatua mutilada, como as velhas estatuas gregas, a que o tempo arrebatou os membros ou as azas, mas cujos destroços deixam ainda adivinhar quanto seria esplendida a sua intacta perfeição. Se a revolução de 5 de outubro se alevanta na historia portuguesa como um grande marco luminoso de esperança, ela não pôde e não teve tempo de levar a cabo tudo o que era licito esperar da sua vontade renovadora.

E hoje o povo português doi-nos mais do que nunca. Doi-nos pelo seu baixo nivel de vida, que uma crescente diferenciação de classes, com a acumulação do poder economico em poucas mãos, degrada e oprime; doi-nos pelo adormecimento e atrazo em que vegeta, sequestrado das grandes correntes e conqui-

tas da cultura contemporanea; doi-nos pelo afundamento anestísico nas superstições miagreiras e messianicas, com que se lhe embotam e enganam a ansia de vida livre, a fome de justiça e a vontade de alcançá-la pelo seu proprio esforço.

O primeiro dever dos democraticas será integrar, como base iniludivel do seu programa, a satisfação dos direitos do povo, até hoje desatendidos ou renegados. Direito ao pão de cada dia; direito à morada, ao ar, à luz e à terra; direito ao trabalho consentaneo com as suas capacidades; direito a aceder a todos os instrumentos e institutos de cultura; direito à fruição de todas as artes que enaltecem o espirito; direito, enfim, a ser homens na plenitude da livre humanidade.

Companheiros e amigos, tenhamos esperança. Dos trogloditas e das idades da pedra até aos nossos dias, a batalha tem sido aspera e continua. Mas o homem não recua. Retrocessos foram e serão sempre transitorios. O homem marcha continuamente para a libertação de todas as sujeições. Dorme em nossos braços a vitoria. Ela depende da nossa vontade desperta de vencer. Podem alguns cair durante a caminhada. Não importa: os outros seguirão avante. Erguei os corações!

Supremos bens, esperam-vos a Justiça e a Liberdade!



Figuras de Destaque da Colonia Portuguesa

RICARDO SEABRA

Embora se trate de um dos nossos grandes capitães de industria, aheio portanto a atividades politicas, sentimos justo destacar nesta data e nesta folha o nome de Ricardo Seabra.

Entre as figuras de proa da Colonia Portuguesa do Rio de Janeiro, numa grande lição dada sem exhibicionismos nem discursos — apenas com atitudes e sentimentos — Ricardo Seabra tem sabido impôr ao espeito geral duas grandes virtudes: — acrisolado patriotismo e fidelidade aos principios democraticos. Por essa duola razão quisemos hoje sublinhar o seu nome, em desprentensiva homenagem.

LIVRARIA EDITORA GERMINAL

AVENIDA 13 DE MAIO N.º 23 — SALA 922
Caixa Postal 142 — Agencia da Lapa: Fone 52-1001

RIO DE JANEIRO
ESPECIALIZADA NA VENDA DE LIVROS POLITICOS
PROIBIDOS EM PORTUGAL

RELATORIO SECRETO DO PROF. MARCELO CAETANO

(Conclusão da ultima pag.)

ponentes festas dos Centenários! De dado momento em diante, porém tudo mudou. (Murmúrios na sala). Sim, senhores congressistas, tudo mudou. Desviamos, abusos injustificados do poder, crimes de lesa nação, amesquinhamento dos valores estabelecidos, proteccionismo, arrogancia, hipertrofia da personalidade, uma atmosfera de desconfiança e suspeita, ralhos, amuos, fugas para o seu retiro de Santa Comba, uma maçada!

(Os murmurios crescem). Enquanto obstinadamente perseguia os homens bons, chamava de Lumbrales "a menina dos seus olhos". Ao traidor e espião, ao vendido inimigo da Patria, ao fustado e degradado coronel Santos Costa, tratava-o paternalmente por Fernando, com palmas e meigas no ombro, e consentia-lhe a vida dissoluta, os banquetes e saturnais de S. Julião da Barra. Ao ex-ministro Trigo de Negreiros, reacionario, antigo militante do P. R. P., reles pedreiro livre, mas irmão da opa do Santissimo e mesario das confrarias transmontanas, autorizara, para desdouro e vergonha nossa, que diariamente lhe publicassem o retrato no jornal, a ele, o mais ordinario e insignificante de quantos homens a mãe portuguesa deu ainda à luz! Que horror, que horrores! Ao Manuel Murina, sujeito repugnante, de unhas negras e boca suja, fizera-o diretor do "Diário da Manhã", porta voz do nosso imorredouro partido, primeiro órgão de informação politica. A esse lego que pude, ainda em vida de Salazar, correu (Muito bem)

E o Ulisses das Economias, que para ser ministro teve de dar fiador, por ser maçónico! Era homem que não devia nada à intelligencia e por teima de estúpido não fez senão comprometer-nos. E Salazar teimava mante-lo no Ferreiro do Paço, só por maldade. Que horror, senhores, o que sofremos! Depois, para maior escarnio, ao escatologico Francisco de Paula Leite Pinto que, quando bolsiro em Paris, casara com uma heretica ortodoxa, permitia-lhe aqueles discursos incocebíveis. Deixou-o dissertar sobre as artes, o teatro, e desporto, a desagregação do atomo e outras congeminencias, no intuito sinistro de para sempre ofuscar a gloriosa palavra, o verbo inspiado do prof. Mario de Figueiredo, do qual, de peito feito, deixou que se esquecesse a justa fama. Mas a reabilitação deste imenso orador, será feita.

Em breve o SNI publicará os seus imortais discursos de Carlaxo, de Colares e do Dão, volume para emparcelear com os sermões do nosso Vieira. (Apoiando! E' o deputado. Busborff Silva que avança para a tribuna a cambaleiar, querendo beijar o orador — acabara de almoçar —) Ao meu nunca assim estimado colega Paulo Cunha, gloria do ensino e da diplomacia, fê-lo passar torturas. Depois, mandou-o à Ame-

rica do Norte onde o veloz do Foster Dulles lhe meteu nas mãos um pacote de jornais velhos, convencendo-o de que lá dentro o apoio do seu governo aos nossos sagrados direitos sobre Goa. Impunha-lhe também que discursasse três e quatro vezes por semana, mesmo sem ter nada que dizer. E em toilettes, chapéus, sapatos, penteados verniz para as unhas e baton para os labios gastou fortunas do seu bolso, sem um pataco de erario publico, sem ajudas de custo, para que a modesta senhora de Pita Cunha, tão alto, por esse mundo à fora, levantasse o nome respeitado da mulher portuguesa. Em Washington, depois da Madame Chang-kai-Chek, nunca tinham visto nada assim! A pobre filha, quando das horas amargas que na companhia de outras jovens se metesse a pé, até à Cova da Iris, a pedir por nós a Nossa Senhora. Ia longe de mais o seu sadismo. A ninguém poupava. O meu mestre e meu reitor, José Gabriel Pinto Coelho, é que o definiu: homem de pelos no coração. Temos de o reconhecer: o chefe das primeiras horas já não era o chefe. (E' enorme o espanto da assistencia).

Fazer honestamente a critica esclarecida do regime e do homem que em três décadas consecutivas presidiu aos nossos destinos, eis o dever e a obrigação, nesta hora de verdadeiro ressurgimento nacional. Uma herança, uma unica herança nos legou, e essa havemos de a conservar como o melhor do nosso patrimonio. Ele o disse: "Enquanto houver um português sem pão a Revolução continua". Senhores congressistas, como cada vez é maior o numero de portugueses sem pão, graças a Deus, mais fortes razões há para que a Revolução continue... Neste particular, permito-me chamar-lhes a atenção para os edificantes relatorios do Eng. Daniel Barbosa, sempre a medir o pulso do nosso nivel de vida, da nossa miseria, que, quando no governo, tão oportuna e zabiamente consolidou. Confial em mim, confial na falange de jovens esclarecidos que me cerca, confial nos milagres do Estado Corporativo, em cujo fecho de aboboda, neste momento, acabamos de colocar as ultimas pedras. (Demoradas ovações).

Que vos dizer da soberba e do desvario do homem? Nos compendios de Historia figurava sempre em retratos mais vistosos que os de Afonso Henriques, D. João II ou D. João IV. Fazia-se passar pela primeira figura nacional de todos os tempos. Esses compendios já foram retirados da circulação e nomeada uma junta de historiadores para estudar o problema de contrabater a influencia de tantos anos desta propaganda pessoalista, entre a mocidade das escolas. Pelo computo de retratos mandados apear de repartições publicas, quartéis, escolas, tribunais, camaras municipais, juntas de freguesia,

hospitals, esquadras de poncia, cartorias de tabelião, etc., sabemos hoje que a vera effigie do chefe se exhibia em cerca de dois milhões de caixilhos! (Caetano! — berrou de espanto o coronel de cavalaria Durão). Cerca de dois milhões! Um retrato para quatro portugueses! Bustos, estatuas e quadros de pintores de nomeada atingem muitas centenas! Escolas, ruas, praças, jardins, viadutos, chafarizes, barragens e outras instalações sanitarias, inauguradas nos aniversarios da Revolução Nacional, vão já avalladas, pelos serviços de Estatística, em 155.867 as edificações que tinham o seu nome, quer nos territorios da Metropole como do Ultramar! Publicações de discursos, entrevistas, reportagens jornalisticas e fotograficas, assim como outras formas de propaganda pessoal que vão desde o bilhete postal illustrado ao grosso tomo academico tudo atinge numeros astronómicos. De que reze a Historia, nunca estadista algum, por iniciativa propria, foi em vida mais proclamado e vitorioso. O chefe tinha caído em delirio. E ele que para se tornar temido fizera sempre uma caranca severa desatou ultimamente a rir ao fotografar como se annunciase pasta dentifricia. Na sua aparente modestia, é preciso não temer as palavras — na sua hipocrita simplicidade, monge, homem de habitos singelos, abstinente e casto, mas lembrai como se fez fotografar com a francesa. Garnier: ela de pernas ao léu e ele cobijando-a com o olho lubrico. No entanto, a uma popular actriz que um dia, a seu pedido o visitou, e a bem da Nação ia para tudo preparada, pôs castamente os olhos no chão e fez ouvidos de mercador. E tudo isto com que intuito, senhores congressistas? Para nos ofuscar, para nos trazer mais rasteirinhos que os vermes. Humilhou-nos a todos sobretudo aos mais devotados esteios do Estado Novo, o sangue da sua vida, o fogo da sua alma! (Calorosas ovações). O inventor desta cabala, o incensador do grande homem, todos nós sabemos quem foi. O bandido Antonio Ferro, agora deposto do seu cargo de ministro em Roma e que não voltará a pôr os pés no sagrado chão da nossa Patria. Pelas suas mãos correu a rodos o ouro dos cofres publicos, para cantar e louvar o genio. Hoje, as redeas do organismo, através do qual foi possível urdir tamanha mistificação, empunha-as um homem cordato, obediente aos seus principios, e sobretudo temente a Deus e temente às conveniencias do momento. Ele será o porta-voz das novas palavras de ordem e providenciará para que o nome de Salazar, fatidico nas suas sete letras, seja reduzido às justas e devidas proporções. Nunca mais leremos, também, os artigos desse sabujo Augusto de Castro, ex-amigo de Afonso Costa, traficante de armas em Bruxelas, partidario do revirinho e denois

adulador repugnante do chefe. Foi corrido do "Diário de Noticias", demitido de seis conselhos de administração, e anda agora pelas esquinas, a pedir aos dez e vinte mil reis. Um bandalho! (Risos). Na base da fidelidade aos quadros da União Nacional, aos seus principios da Mocidade Portuguesa, em que tão jovem militou, e aos lemas do Estado Corporativo, eis como iremos dirigir o nosso trabalho em conjunto. Não é a vontade de um homem, mas o querer de um grupo directivo. (Em coro, os congressistas clamam: Caetano! Caetano!) Salazar é um nome ultrapassado! Acabaram-se os retratos, os letreiros nas ruas, os folhetos do SNI publicados em oito linguas. Hoje temos uma doutrina e temos uma corporação de chefes. E esta é a nova palavra de ordem! (Os congressistas aclamam-no de pé: Caetano! Caetano! Caetano!).

Nas decisões mais graves, não consultava o governo, não consultava a União Nacional, não consultava ninguém. Era ele, ele só. Nomeava e demitia a seu bel prazer. Ministros foram despedidos por um simples bilhete de visita. Isto é do conhecimento de todos. Das 139 figuras eminentes que fizeram parte de governos seus, 3% não obtiveram lugares em conselhos de administração e 20% desfrutaram de insignificantes posições na direcção das forças económicas nacionais com vencimentos que são uma vergonha! Liquidou a maioria dos históricos promotores de 28 de Maio, dos quais citarei alguns nomes: o glorioso marechal Gomes da Costa, os generais Vicente de Freitas, Domingos de Oliveira e Raul Esteves, os professores Manuel Rodrigues e Pacheco de Amorim, e até homens a quem tudo deveu, como o Padre Peres. Uma hecatombe! Era implacável. Quem se opusesse às suas concepções, por vezes até aos seus caprichos, estava votado ao aniquilamento moral e fisico. Interferia em tudo, cometendo atropellos, favoritismos, vergonhas, mesquinhas vinganças, manifestando prazer sádico em impôr as suas caprichosas vontades. Em certa hora grave da nossa historia, por ser urgente tomar uma deliberação, telefonou-lhe. Mandou um secretario falar-me. Insisti. Recusou-se a vir ao telefone, dizendo que tinha mais que fazer. Algumas das suas victimas encontram-se aqui presentes e não me deixaram mentir. Ao Eng. Jardim, sub-secretário da Agricultura, quando da posse, acompanhou-o à porta. — O seu chapéu, senhor sub-secretário? — Salva V. Excia que não uso. — Ah, mas vai passar a usar! — E' inacreditável, teve de comprar um chapéu! Ao Dr. Aguedo de Oliveira, emburrava-lhe com os cortes de fato, com os modos finos e distintos. Pois bem, demitiu-o. A Cancellaria de Abreu, figura eminente e predominante do Governo e da União Nacional, membro duma familia respeitavel como antidemocratica, mandou-lhe apagar o cigarro porque lhe fazia tosse. Com o

imortal academico Joaquim Leitão, espirito brilhantissimo, alta figura das nossas letras, admiradissimo até no imenso vale de Amazonas, fez-lhe a mesma cena por causa do charuto. Ao Dr. Castro Fernandes, homem tímido, gordo afavel e prazenteiro: — Que está você a olhar assim para mim? — E, desconfiado correu-o no Governo, mandou-o para o Ultramar. Ao Eng. Nobre Guedes, porque se apavorou com os bombardeamentos de Berlim, exantou-o, demitiu, o do cargo de ministro na Alemanha, proibindo-o de tornar a envergar a farda da Mocidade Portuguesa. Ralhou ao Embaixador Pedro Teotónio Pereira, porque à pressa lhe escreveu um bilhete a lapis! Foi sempre autoritario, desconfiado, velhaco e rancoroso. Ao ex-ministro Vieira Machado, governador de quatro bancos, um até no Brasil, e sacrificado administrador de algumas dezenas de companhias e empresas coloniais, descendente de uma nobre familia de negreiros, apelando para a sua competencia em questões ultramarinas, quis à viva força pô-lo a governar a nossa India, essa barrica de polvora. Só o desassombro e a coragem daquele homem o salvou de tão grande perigo. Pôs os pés à parede e disse com arrojo e firmeza: Para a morte não vou! (Na sala ouviu-se um Oh! de espanto)

Todos, mais ou menos, nos fardamos, ou da Mocidade ou da Legião — eu orgulho-me das minhas botas e da minha farda. Ele, por escarnio e desprezo apresentava-se de sobretudo às costas, de botas de pelica, com ares despreciantes. Para se retratar, lá punha na lapela o la-drilhozito da Legião Portuguesa, mas só em dias de festa. De resto, para quem quer que fosse tinha os mesmos modos arrogantes e desprezíveis. Numa hora bem má da nossa politica internacional, permitiu-se dizer que lhe bastaria levantar um dedo para arrasar Nehru, esse mediocre aluno de Direito! Que contratempos isso nos causou. Quando foi da Guerra, os nossos adidos militares nas capitais da Europa e alguns diplomatas e governos estrangeiros preveniram-no. Riu-se e não atendeu às suas advertencias. Acabado o conflito, novos avisos: talvez uma guerra fria, sem invasões nem tiros, mas haveria paz. Riu-se e jogou no cavalo da guerra desejando uma proxima catastrophe para deixar de ser neutral.

Perguntar-nos-ão: e porque havelis suportado tudo isso? Honestamente e arrependidamente confessamos: tinhamos-lhe medo, tremiamos ao ouvir-lhe a vozinha meiga e pestada, o olhar frio por debaixo dos olhos escuros, e de quando em quando ameaçava-nos com o Lourenço da Policia, que fôra à Alemanha tirar um curso de especialização de "safanões a tempo" nos afamados campos de concentração sob a direcção tecnica de Himmler; esse Lourenço que se atreveu a dizer que nesta terra podia prender quem lhe des-

(Continua na 14.ª pag.)

Relatorio Secreto do Professor Marcelo Caetano

Recebido por via ultra-clandestina PORTUGAL DEMOCRATICO publica em rigorosa exclusividade o relatorio secreto apresentado pelo prof. Marcelo Caetano ao 5.º Congresso da União Nacional... — Assim começará, talvez, a apresentação de um artigo a publicar no nosso jornal em data que esperamos não venha longe — Por enquanto, porém, trata-se de uma charge que tem circulado clandestinamente em Lisboa. — Escrita na melhor tradição da graça portuguesa, por alguém que conhece bem os podres do regime de Salazar, publicamo-la certos de que os nossos leitores a integrarão, como nós fizemos, sob a divisa *Ridendo castigat mores...*

RELATORIO SECRETO DE MARCELO CAETANO AO V CONGRESSO DA UNIAO NACIONAL — SEGUNDO O TEXTO DIVULGADO EM WASHINGTON PELO DEPARTAMENTO DE ESTADO

Em Janeiro de 1957, o Departamento de Estado americano revelou ao mundo o que afirma ser o texto integral do relatório de Marcelo Caetano às comissões distritais e concelhias da União Nacional, reunidas em sessão secreta.

Ao que consta, foi em Roma que os serviços americanos de informação obtiveram este documento, das mãos de um membro do Comité Central do Partido Neo-Fascista. O *New York Times* já dele publicara alguns excertos, por inconfidência de um general alemão, condenado de Nuremberg e posto recentemente em liberdade, após devida desnazificação, mas cujo nome não transpirou. Morto Salazar, ao que se averiguou de morte natural e não empoenado com hostias tóxicas trazidas para Lisboa por agentes de Propaganda FIDE e ministradas no acto da comunhão de alguns azevizes, o coronel Santos Costa, ministro da Defesa do Salazarismo, por vendido, traidor à Patria, espíão a soldo dos reis exilados no Estoril, Cascais e Sintra, e principal agente provocador para a restauração da monarquia e subida ao trono do neto de D. Miguel, o Cacetiro, o professor Marcelo Caetano, chefe de uma das facções políticas, tomou a presidência do governo e da União Nacional Salazar, embalsamado, repousa agora na sua urna de cristal, no Panteão dos Jeróni-

mos, em sala privada, onde o Presidente da Republica e a senhora de Craveiro Lopes três dias e três noites lhe rezaram por alma. Morto o grande homem, o Presidente Caetano, depois de mandar abrir as janelas e arejar o palacio, instalou-se com mulher e filhos em São Bento, onde o chefe do Estado correu pressuroso a dar-lhe posse, numa significativa cerimonia em que vitoriou a Republica. Compareceram forças da Legião e da Mocidade, de Terra, Mar e Ar, o Presidente do Supremo Tribunal, ministros, os

Reitores das Universidades, altas individualidades corporativas, banqueiros, comerciantes e industriais, e entre outros o Professor Caetano da Mata, o Conselheiro Albino dos Reis e o deputado independente Pinto Barriga.

Eis o texto do discurso agora divulgado:

"Meus senhores: (Os congressistas encham a sala Portugal da Sociedade de Geografia beram em coro: **Caetano! Caetano! Caetano!**) Meus senhores: (A voz potente do deputado Ricardo Durão: **Viva o nosso**

Caetano! Meus senhores: Graças são as considerações que vos venho fazer, em sessão secreta, porque não é decente lavar a roupa suja aos olhos do inimigo. Como sabels, ao cabo de trinta anos de regime, o chefe morreu. Já tardava. Acompanham-me neste momento quantos comigo ensaiaram por tal hora redentora, na convicção de que a Patria não suportaria mais tempo um homem gasto, incapacitado, rabugento, caduco e atacado do delirio do mando, inchado de vaidade. Nos primeiros anos da Revolução Nacional, foi ele que concretizou os nossos anseios, materializou na nossa abençoada terra os sagrados principios nacionalistas, que o saudoso mestre Sardinha importara do Maurrasismo e doutras doutrinas nacionalistas estrangeiras. (Vivas e apoiados). Nos primeiros anos de governo, não há dúvidas Salazar pôs a casa em ordem: equilibrou o orçamento, suspendeu para sempre as garantias constitucionais, e para que houvesse sossego nas ruas e nos espiritos, acabou de todo com os partidos políticos e as associações secretas e instituiu o regime de partido unico; en-carcerou, deportou, exilou, deu safanões a tempo e matou; consolidou a Censura e organizou a indispensavel policia politica

ca, ao mesmo tempo que distribuiu, com mão de pai, benesses e mercês. Em suma: governou sabiamente a nação e falou ao mundo, e em nosso entender falou bem. Regeu o país nos mesmos sãos principios com que regera a cadeira de Coimbra: marcava faltas, prelecionava, chamava à pedra e, no fim do ano, ou sabiam, ou chumbava. Foi mestre de Finanças e ninguém como ele cozinhou ainda um orçamento, com tal arte que fez figurar "empréstimos" como receitas e atribuiu a orgia financeira do Sinel de Cordes à administração republicana. Determinamos-lhe os fundamentos das instituições que nos regem, o sagrado regime dos decretos-leis a Constituição de 1933, o sufrágio por abstenção, as grandes manifestações publicas dirigidas e compulsoriamente espontaneas, a consolidação do Império Ultramarino, em que pessoalmente me empenhei, assim como lhe devemos o prestigio no estrangeiro e lhe devemos acima de tudo o ter carregado as primeiras pedras para a edificação do Estado Corporativo. Foi isto nos belos tempos em que se fazia fotografar com o retrato de Mussolini sobre a mesa de trabalho. Gloriosos dias esses, coroados pelas im-

(Conclui na 15.ª pag.)

OPINIÕES INSUSPEITAS

por João Sarmento Pimentel

Após aqueles vinte e três anos de exílio, com que me favoreceu o Estado Novo, voltei a Portugal.

E procurei velhos amigos, alguns do meu tempo, outros que relações de familia tinham mantido e já beiravam a casa dos oitenta, ou ainda mais. Entre estes era o venerando dr. Antonio Pinto de Mesquita, famoso jurista e grande advogado, companheiro que fora do conselheiro Antonio Mendonça (compadre de meu pai e nosso vizinho da Torre) nas lides politicas dos ultimos anos da monarquia. Gente liberal e tolerante era aquela, e tanto que olhava com simpatia e con-

descendencia a arregimentação dos moços, feita por um jornalzinho de quatro paginas publicado nos periodos de ferias escolares e impresso na tipografia do orgão regenerador.

Apesar das nossas ideias subversivas, nunca nos faltaram os seus conselhos duma bondade paternal, nem aquela generosa amizade que ainda hoje recordo com saudade.

Recebeu-me o velho caudilho na sua apalaçada residencia à rua Ricardo Severo, casa que lhe vendera o nosso illustre patriota e nela tinha posto toda a sua arte de mestre arquiteto e aquele carinho e saber duma tradição chefa de beleza, graça e encantos. Na espaçosa biblioteca uma grande mesa com livros e processos, e, a meio, cadeira de espaldar que ele ocupava.

— Pois já perdeste esse vezo de cavaleiro andante, e voltas, como o manchego, ao lar materno, arrependido e cansado das acidentadas e tristes andanças?

— Vim só por pouco tempo, matar saudades da terra e dos amigos.

— Fizeste bem, e eu estimo do coração tornar a ver-te. Se te demoras mais uns meses talvez não me encontrasses. Estou de malas feitas para a grande viagem. Mercê de Deus, se varar o ano. E contou-me os seus males, as pernas que emperraram, uma bronquite enfadonha, quase noventa anos de trabalho aturado e ainda sérias preocupações pelo futuro.

— Como assim?

— E o que eu te digo. Apesar de muito velho, não me é indiferente o panorama politico de Portugal que, por certo, gostarias de conhecer através duma opinião insuspeita, qual seja a de quem viu sem paixão e com interesse patrio-

(Conclui na 13.ª pag.)

ECOS

GAGO COUTINHO CHAMUSCADO...

Na Chamusca, boa terra vizinha de Lisboa (onde nasceu a grande poetiza Maria de Carvalho) havia uma rua com o nome de Gago Coutinho. Este anda um bocado mal visto nos meios governamentais desde que o orgão Patriarcal o acusou de não ter ido à missa, durante a viagem inaugural do Vera Cruz. E riscaram-lhe o nome da rua, substituindo-o pelo de um sr. Rafael Duque.

Rafael que não pinta mas quer ter pinta, e Duque que não é aristocrata mas tem agora muitos "títulos", sabe-se que o moço salazarista foi ministro da Economia e conquistou boa situação económica. Pelo visto, os seus vãos em cima da burra chamuscaram a glória das azas que demandaram o Brasil.

O pessoal da Chamusca anda furioso com o desacato ao heroico almirante; quando for livre, ele o reparará. E todos os que lerem esta noticia se sentirão, por uns momentos, da Chamusca.

OS PREÇOS SOBEM...

Apesar de todos os pretensos equilibrios económicos do "mago das finanças", a verdade é que o custo da vida

sobe em Portugal. A carne de vaca da categoria de 10\$00; sumiu completamente do mercado... para reaparecer a 16\$00 e a 19\$00; a cabeça de vitela de 6\$00 passou para 10\$00. O carneiro do peito de 10\$00 vende-se agora com a perna ou a pã a 19\$00. O toucinho de 16\$40 subiu para 21\$90 e mesmo para 24\$00.

O bacalhau, o "fiel amigo" do povo português, passou de 12\$00 para 15\$70. E este o equilíbrio de preços conseguido pelo milagreiro Salazar.

...E OS SALARIOS DESCEM

Os preços sobem, portanto. E os salários? A Câmara Municipal de Lisboa tem empregados a ganhar 16\$00 por dia (aproximadamente 40 cruzetões!). Mal dá para um quilo de bacalhau...

Na Manutenção Militar, organismo oficial, os vencimentos dos cozinheiros baixaram de 900 para 600\$00 por mês.

O salário-médio mensal no conjunto das indústrias textil, mineira, corticeira, de cerâmica e conservas de peixe (as principais indústrias do país) é de 497 escudos. Isto num país onde o aluguel de modesta casa de três aposentos sobe a 600 e 800 escudos.

Entre os funcionários do Estado, 48% auferem entre 475 e 950 escudos mensais.

Portugal na Imprensa Brasileira

A CENSURA ARTISTICA EM PORTUGAL

A REVISTA BRANCA do Rio de Janeiro, orgão literario trimestral publicado em cinco linguas, sob o patrocínio dos Serviços de Documentação do Ministério de Educação e Cultura do Brasil publicou com este titulo no seu numero 31 o seguinte EDITORIAL que transcrevemos com a devida venia, dado o interesse que demonstra pelos assuntos culturais portugueses e a soma de elementos que fornece sobre a ação da Censura no nosso país.

A vida literaria e artistica famoso album de Danças, Mar-chas e Canções, organizado com a colaboração dos melhores poetas portugueses, como José Gomes Ferreira, José Cochofel, Mario Dionisio etc., bastou cair no desagrado da FIDE para, desde logo, passar a pertencer à enorme lista das obras proibidas. O pintor Julio Pomar já sofreu um assalto ao seu atelier, por parte da policia politica — e nunca mais viu multos dos seus quadros. O conhecido critico cinematografico Roberto Nobre, quando da publicação de um projeto-lei para "defesa do cinema nacional", ousou editar um folheto de critica a politica cinematografica do Governo, dias depois as livrarias do país, irrompiam as forças policiaes a executar buscas. Mais recentemente, o Clube Oriental de Lisboa realizava autoridades salazaristas. O seu

chamado "Album de Danças, Mar-chas e Canções", organizado com a colaboração dos melhores poetas portugueses, como José Gomes Ferreira, José Cochofel, Mario Dionisio etc., bastou cair no desagrado da FIDE para, desde logo, passar a pertencer à enorme lista das obras proibidas. O pintor Julio Pomar já sofreu um assalto ao seu atelier, por parte da policia politica — e nunca mais viu multos dos seus quadros. O conhecido critico cinematografico Roberto Nobre, quando da publicação de um projeto-lei para "defesa do cinema nacional", ousou editar um folheto de critica a politica cinematografica do Governo, dias depois as livrarias do país, irrompiam as forças policiaes a executar buscas. Mais recentemente, o Clube Oriental de Lisboa realizava

(Conclui na 13.ª pag.)